----------**ACTA Nº. 2**----------

1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2009: Aos vinte e nove dias do mês Dezembro do ano dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no Auditório da Escola Profissional Vasconcelos Lebre, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º. Secretário, Senhor António Ferreira Ribeiro, e pelo 2º Secretário Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1) Votação da Acta da Sessão de 18/09/2009; ----------

2) Votação da Acta da Sessão de 26/10/2009; ----------

3) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

4) Aprovação do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mealhada; ----------

5) Eleição de membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM-BM; ----------

6) Eleição de membros para a CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; ----------

7) Aprovação do Projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Mealhada; ----------

8) Orçamento Municipal e Opções de Plano para o ano de 2010; ----------

9) Mapa de Pessoal para o ano de 2010 – Proposta nº 7/Mandato 2009-2013; -

10) Delegação de competências nas Freguesias; ----------

O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao 1º. Secretário, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação a Senhora Inês Alexandra Gomes Várzeas, que foi substituída pelo Senhor Manuel Jacinto Gaspar da Silva. ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou também que foi distribuída uma folha de actualização de dados a todos os membros e Presidentes de Junta de Freguesia presentes na Assembleia Municipal, sublinhando a importância de colocarem o contacto e-mail, para maior facilidade de comunicação. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, apresentando Voto de Pesar pelo óbito do Senhor António Simões, que ocupava o cargo de Presidente de Junta de Ventosa do Bairro, que a seguir se transcreve, tendo-se seguido 1 minuto de silêncio em sua homenagem: ----------

VOTO DE PESAR

António Simões faleceu de forma trágica no passado dia 20 de Novembro de 2009. Fica a memória de um homem trabalhador, amigo, marido e pai dedicado. ----------

Empresário de sucesso, fez do trabalho a sua virtude. Preocupou-se sempre em ajudar as associações desportivas, culturais e recreativas do concelho que o acolheu e em particular da freguesia em que vivia. ----------

Deixa saudades a todos que com ele tiveram o privilégio de conviver, em especial aos seus muitos amigos e colaboradores que continuarão a sua obra.

A Assembleia Municipal da Mealhada, na sua sessão de 29 de Dezembro de 2010, presta sentida homenagem a António Simões e manifesta à sua família o

seu profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória. ----------
O Presidente da Assembleia Municipal, ----------
José Miguel da Rosa Felgueiras ----------
O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período, antes da Ordem de Trabalhos. ----------
- Solicitou o uso da palavra o Senhor António Mano Soares, que começou por felicitar a lista vencedora das eleições, particularmente o Senhor Presidente da Mesa, que era seu concorrente directo. Realçou que a vitória do Partido Socialista, relativamente à Câmara Municipal, foi ainda mais esclarecedora do que a da anterior legislatura, na medida em que esta vitória foi de 4-3 e para a actual foi de 5-2. Referiu também que, provavelmente, o actual executivo acharia bem que essa vitória tivesse sido de 7-0, mas na sua opinião, por um lado, seria uma ambição desmedida e, por outro, que a oposição, o contraditório e a crítica são necessários, frisando que a crítica terá de ser feita com contenção, elevação e decorrida de modo adequado. Não conseguindo, o Partido Socialista, uma vitória de 7-0, a vitória por 5-2 é uma óptima vitória e, para o Partido Social Democrata, é uma estrondosa derrota. Referenciou igualmente que a anterior legislatura, a qual foi o seu baptismo de fogo nestas andanças da política e por diversas contingências, não foi uma missão que lhe tivesse agradado, tendo referido várias vezes, a vontade de não repetir a experiência. No entanto, instado de forma veemente acabou por ceder e aceitar a candidatura que se saldou por uma estrondosa derrota, o que, por sua vez, o obriga a continuar. ----------
- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão, felicitando primeiramente o Senhor Presidente da Mesa pela iniciativa de publicar o Edital desta sessão da Assembleia Municipal nos jornais locais e dar a conhecer aos munícipes a realização da mesma, referindo que esta acção contribui muito para a aproximação entre os órgão autárquicos e os eleitores. Apresentou também várias sugestões e questões ao executivo camarário, começando por uma sugestão pessoal relativamente à próxima sessão da tomada de posse, argumentando que todas as sessões ordinárias e extraordinárias se realizam em período pós-laboral e tal como acontece noutros municípios, a mesma poderia ser realizada também no mesmo horário para que o público tivesse a possibilidade de estar presente durante o acto da tomada de posse dos seus eleitos. Referiu também que tem havido algum constrangimento e falta de coerência no critério de utilização do espaço do Cine-Teatro Messias e verificou que, no site da Câmara Municipal, não existe (nem tem memória de ter sido discutido nesta Assembleia), qualquer regulamento para aquele espaço, tal como existe para alguns espaços desportivos. Mencionou também, que a Câmara Municipal contactou várias associações do Concelho, mostrando abertura para que estas se propusessem à utilização daquele espaço, sugerindo ao executivo camarário, caso realmente não exista este regulamento, que proceda em conformidade. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, o Senhor Luís Brandão questionou o Senhor Presidente da Câmara Carlos Cabral se o mesmo já se encontrava em vigor e se as organizações de juventude, que pertenciam ao antigo organismo do Conselho Consultivo da Juventude, já foram informadas do novo regulamento, uma vez que têm 30 dias para nomear os representantes para este organismo. Referiu também que o Senhor Presidente da Câmara poder-lhe-ia responder

que estas associações é que deveriam acompanhar a publicação destes regulamentos e que deveriam também tomar a iniciativa de indicar os seus representantes, mas pensa que esta seria uma afirmação demasiado legalista, que não demonstraria boa vontade, mas sim frieza e indiferença perante organizações que muito fazem pela população do Concelho. Relembrou que, como todas as forças e coligações políticas aprovaram este regulamento, devem também apresentar os seus representantes e que a bancada do Partido Social Democrata, apresentará os seus representantes muito em breve. Informou ainda, que consultou o regulamento publicado na página da internet da Câmara da Mealhada e que existem erros no articulado, apesar de na última sessão, onde este assunto foi discutido, ter alertado para estes pequenos reparos com necessidade de serem alterados, com a maior brevidade. À Assembleia Municipal, o Senhor Luís Brandão apresentou proposta do Grupo de Deputados do PSD, que a seguir de transcreve: ----------

PROPOSTA

Reforço dos Conteúdos e espaço disponível na Página da Câmara Municipal de Mealhada para Assembleia Municipal de Mealhada ----------

Considerando que: ----------

- a Assembleia Municipal é o órgão máximo da gestão autárquica, pelo que deve ser valorizado e reconhecido como tal; ----------

- há necessidade de dar relevo e comunicar a Vida desta Assembleia, contribuindo assim para que os eleitos exerçam melhor as suas funções, contribuindo para uma aproximação aos munícipes e destes junto dos deputados; ----------

- a internet é actualmente um meio privilegiado para comunicar; ----------

- a página da Internet da Câmara Municipal de Mealhada, já disponibiliza, apesar de diminuta, alguma informação sobre este órgão deliberativo; ----------

- que uma reformulação do espaço dedicado à AMM pode contribuir para reforçar a comunicação com os munícipes, podendo-se publicar: ----------

- *Editais AMM;* ----------
- *Actas AMM;* ----------
- *Regimento da AMM;* ----------
- *Mais informação sobre cada eleito (ex.: freguesia onde está recenseado);* -
- *Algumas imagens (ex.: elementos da mesa da AMM);* ----------
- *Divulgação do e-mail por cada grupo ou coligação partidária ou grupo de cidadãos eleitos;* ----------
- *Identificação dos representantes da AMM nas diferentes comissões e identidades (ex.: Concelho Municipal de Educação; Concelho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro (Anadia); Assembleia Intermunicipal da CIM - Baixo Mondego, etc.).* ----------

Os elementos abaixo assinados propõem: ----------

Que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mealhada diligencie para que o sítio da Câmara Municipal de Mealhada (http://www.cm-mealhada.pt) disponibilize mais espaço, publique mais conteúdos e dê-a maior destaque a este órgão deliberativo. ----------

Mealhada, 29 de Dezembro de 2009. ----------

P´los elementos do PSD ----------

Luís Miguel Brandão ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dar conhecimento que o próprio já tinha efectuado algumas das propostas agora apresentadas, tendo-se disponibilizado para acompanhar pessoalmente a execução das mesmas. -------
- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. ----------
-O Senhor Presidente da Câmara felicitou todos os membros da Assembleia Municipal e restantes presentes desejando que o trabalho entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal seja profícuo. Relativamente à questão do Conselho Municipal da Juventude, este disse que o regulamento do mesmo já se encontra em vigor, dado que este foi aprovado em minuta, na sessão da Assembleia realizada em Setembro, ainda que a acta se encontre por aprovar. Este regulamento ainda não está em funcionamento, devido à realização das eleições em Outubro, tomadas de posse e à existência de exigências legais fundamentais para a vida da autarquia, nomeadamente, a elaboração do Plano de Actividades e do Orçamento que hoje vai ser apreciado por esta Assembleia, para além de outros documentos. Mas, vai entrar em funcionamento no início deste próximo ano. O Senhor Presidente da Câmara referiu que a disponibilidade do Município é total, que na altura devida, todas as organizações previstas no Conselho Municipal da Juventude serão contactadas e a própria Assembleia Municipal terá que eleger os seus representantes no dito Conselho. Referiu, que este é o desencadear de um processo que foi consolidado na última sessão da Assembleia Municipal do último mandato, que teve lugar em Setembro. Agradeceu o facto de o Senhor Luís Brandão ter alertado para a existência de algumas questões no texto que ainda não foram corrigidas, e que irá chamar a atenção dos serviços nesse sentido. Relativamente à publicação de conteúdos na página da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, na sua opinião, os textos terão de ser veiculados pelo Presidente da Assembleia Municipal, que os remeterá à Câmara Municipal cujos serviços de informática os introduzirão na página da Câmara. Concluindo a sua intervenção, concordou com a proposta que foi apresentada pelo Grupo de Deputados do PSD e confirmou que o Senhor Presidente da Mesa enviou, efectivamente, um e-mail à Câmara Municipal a solicitar as mesmas introduções, o qual foi remetido aos serviços de informática que, se ainda não os introduziram, estão certamente a fazê-lo. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor António Neves. --------
- Interveio o Senhor António Neves, relatando que na última sessão da Assembleia Municipal, foi votada uma proposta do Partido Socialista que tinha como objectivo a representação do Município no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que se realizou em Viseu, por um dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho. Referiu que a votação recaiu no Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, o cidadão António Simões, entretanto falecido (e que todos muito lamentam), como representante efectivo, tendo sido nomeado como suplente ao dito Congresso, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, o cidadão Vítor Alves de Matos. Acrescentou ainda que, como é do conhecimento de todos e devido à infelicidade do primeiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa não foi quem representou o Município, como seria de esperar, na condição de suplente, mas sim outro cidadão para o qual não foi votado, muito menos, mandatado para o efeito por esta Assembleia. Assim, pede que o Senhor Presidente da Assembleia, se digne explicar o porquê de não se ter

cumprido com a vontade expressa pela maioria dos membros que compõem esta Assembleia e de quem é a responsabilidade. Finalizou a sua intervenção, propondo nova votação. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa, em resposta ao Senhor António Neves, para informar que a responsabilidade de tal indicação era sua. Declarou que teve oportunidade de esclarecer este assunto com o Senhor Vítor de Matos, reconhecendo que, primeiramente, terá dito ao próprio no funeral do Senhor António Simões, que seria ele o substituto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro. No entanto, O Senhor Presidente da Mesa reviu a lei sobre este assunto e concluiu que, na realidade, quem foi nomeado, foi, efectivamente, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, o Senhor José Manuel Martins. Relativamente ao pedido de nova votação, o Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor António Neves se a votação proposta seria para a nomeação de nova representação do Município para o próximo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. ----------

- Interveio o Senhor António Neves, discordando da interpretação apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa e mencionou que a sua interpretação é a de que foram nomeados um representante efectivo, que seria o Senhor António Simões, e um suplente, o Senhor Vítor de Matos. O Senhor Presidente da Mesa prontamente discordou dos argumentos do Senhor António Neves e questionando-o se propunha nova votação, ao que este respondeu afirmativamente, uma vez que a interpretação e deliberação tomadas pelo Senhor Presidente da Mesa, na sua opinião, não são consentâneas com o que foi aprovado pela Assembleia Municipal. Reforçou que, nesse sentido, se o texto mencionasse apenas o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, estava de acordo, mas uma vez que no texto é mencionado o cidadão António Simões, quem deveria estar presente no Congresso seria o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, o cidadão Vítor Alves de Matos. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro, começando por felicitar o Senhor Presidente da Mesa e quem o acompanha, nomeadamente os restantes membros da Mesa da Assembleia, o Executivo Camarário e os restantes membros da Assembleia. Seguidamente, dirigiu-se ao Senhor António Neves, dizendo-lhe que este estava enganado na sua interpretação da lei, dando o exemplo do Senhor Presidente da Câmara e explicando como seria efectuada a sua substituição. Para justificar a sua argumentação, referiu também que se a lei quisesse eleger cidadãos na Assembleia Municipal, esta diria: "Tem que ser eleito do quadro da Assembleia Municipal um cidadão...", e não um dos Presidentes de Junta de Freguesia. Expôs que os cargos são institucionais e não pessoais. Salientou que, se o mesmo quisesse consultar a Associação Nacional de Municípios, no sentido de ser esclarecido, a resposta seria a mesma. O interveniente relatou também que não seria apenas o Senhor António Neves que estaria enganado, mas também muita gente que, inclusive, ia dizer algumas coisas menos agradáveis para os jornais, nomeadamente um senhor que é militante do PCP, que fez uma intervenção onde se atreveu a tentar conspurcar o nome da Câmara Municipal da Mealhada, realçando que tal não se deve fazer sem provas e que, deveríamos até, ter cuidado com algumas coisas que dizemos e afirmamos. O Senhor Rui Marqueiro concluiu a sua

intervenção, desejando que este mandato seja profícuo e que se debatam as questões políticas relevantes. ----------
- O Senhor Carlos Rodrigues interveio para ver esclarecidas duas situações que não são directamente afectas à Câmara Municipal, mas que são situações de entidades que estão presentes no Concelho e que utilizam o Concelho, nomeadamente as Estradas de Portugal. O interveniente disse que na Estrada Nacional 336, entre o Luso e o Salgueiral, existem por volta das cinco ou seis dezenas de pinheiros secos, podres e a cair. Na sua opinião, poderão estar infectados pelo nemátodo do pinheiro, embora não seja técnico para poder fazer essa avaliação. Referiu que no dia 22 de Outubro de 2009, abordou o Senhor Eng. António Martins, responsável pela segurança rodoviária das Estradas de Portugal, com conhecimento a algumas entidades, tendo sugerido o corte urgente dos referidos pinheiros, uma vez que, o próprio e todos os seus conhecidos, quando passam na mencionada estrada, não prestam a devida atenção à estrada, mas sim aos pinheiros que podem cair a qualquer momento. Declarou que várias pessoas se lhe dirigiram, no sentido de pressionar as Estradas de Portugal e alertar a Câmara Municipal para que também o faça urgentemente. O interveniente referiu que comunicou ao Senhor Eng. António Martins que este seria responsabilizado, caso acontecesse alguma coisa relacionada com esta situação, dado que o mesmo tem conhecimento do referido problema. Constatou que, nos meados do mês passado, foram sinalizados alguns pinheiros, tendo ficado mais tranquilo, pois era sinal que estes iriam ser cortados, mas até estes estão a cair. Salientou que a população do Monte Novo ficou sem telefone durante uma semana por ter caído um pinheiro sobre as linhas de comunicação e tem medo de utilizar aquela estrada, pelo que reiterou a ajuda urgente do Senhor Presidente da Câmara Municipal para este caso. Continuou a sua intervenção, expondo outro assunto relativamente ao turismo do Luso, mencionando que existe falta de programas e iniciativas, nomeadamente na passagem de ano, e que os turistas que existem apenas se passeiam sem nada para fazer. Referiu igualmente ter visitado o site do Turismo Centro de Portugal e reparou que o turismo da Curia e Luso-Buçaco não têm a representação devida, devendo a Câmara Municipal estar atenta a estas questões. Sugeriu pois que a própria Câmara desenvolvesse um site próprio direccionado para o turismo da região. O interveniente referiu ainda que o Parque de Campismo do Luso parece ser pouco frequentado e talvez necessite de melhores condições para oferecer aos seus utilizadores, pois as pessoas pagam para serem bem servidas. Finalmente, disse ter visualizado o plano de actividades de 2009 e reparado que algumas das propostas apresentadas no mesmo, relativamente à região do Luso-Buçaco, não foram concretizadas, apelando novamente ao Executivo Camarário no sentido de promover mais o Município e para solucionar a questão do corte dos pinheiros secos. ----------
- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal, referindo que, já tinha conhecimento da questão dos pinheiros e que havia feito uma comunicação ao Instituto de Estradas. Mas, tem dúvidas, se os pinheiros existentes no local são todos do Instituto de Estradas. A Câmara poderia cortar os pinheiros, embora não tenha competência legal para o fazer e, provavelmente, em vez de ter o Instituto de Estradas à porta, teria os donos dos pinheiros. Esclareceu que a Câmara, tal como a Protecção Civil, só pode intervir depois dos pinheiros

caírem. Relativamente à questão do Turismo Centro de Portugal, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Concelho de Coimbra é o único Concelho que não está afecto à Região Turismo do Centro, sendo a sua sede em Aveiro. Informou que os órgãos autárquicos da Câmara de Coimbra decidiram não aderir, pelo menos até à data, à Região Turismo do Centro. ------
- Interveio o Senhor Vítor de Matos, para discordar quanto à posição tomada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Referiu que prescindiu de várias questões pessoais para poder estar presente no aludido evento. Confirmou que conversou com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal no funeral do Senhor António Simões, onde este lhe comunicou que deveria estar presente no Congresso. O interveniente, mencionou, que concorda com o que o Senhor António Neves expôs e refere que o que está escrito na Acta da tomada de posse, é claro, citando: "...é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa o eleito que irá representar a Assembleia Municipal na Associação Nacional de Municípios, o Senhor António Simões, o suplente é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, Senhor Vítor de Matos...". Informou que leu a lei do Regulamento da Associação Nacional de Municípios e mencionou que esta é clara, citando de seguida a alínea a) do ponto nº1 do art.º 2º do Regulamento da Associação Nacional de Municípios, que a seguir se transcreve: ----------

Artigo 2º
(Delegados)

1. Nos termos do nº 2 do art.º 6º dos Estatutos da ANMP, compõem o Congresso Nacional: ----------
a) Três Delegados de cada Município associado, assim discriminados: --------
- O Presidente da Câmara, ou seu substituto (um vereador); ----------
- O Presidente da Assembleia Municipal, ou seu substituto (um membro da Assembleia Municipal); ----------
- Um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (um Presidente de Junta de Freguesia), eleitos em Assembleia Municipal; ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte, mencionando que tinha já preparada uma intervenção sobre este assunto, dado que iria intervir na discussão da aprovação da acta, referente à instalação dos órgãos, em particular os da Assembleia Municipal. Na sua opinião e estando todos sujeitos a cometer equívocos, este acto, foi ilegal. Não quanto à interpretação do substituto ser A ou B, mas simplesmente porque a deliberação tomada não podia ser objecto na sessão de instalação dos órgãos. O interveniente referiu que ao abrigo do nº 1 do art.º 45º, nº 1 do art.º 49º e art.º 83º da Lei 169/99, republicada pela Lei 5-A/2002 e tendo esta mesma deliberação sido sujeita a aprovação e aprovada por maioria de 2/3 dos membros da Assembleia, não podia ter sido efectuada naquela sessão, porque não era uma sessão ordinária conforme referem estes artigos. Motivo pelo qual, é inequívoco que a deliberação tomada, independentemente das consequências que ela teve, é ilegal. ----------
- Interveio o Senhor António Neves para reforçar que quanto ao assunto da Associação Nacional de Municípios estava tudo dito, mencionando que a proposta era clara, citando-a: ----------
"1- Efectivo: o Senhor Presidente de Junta de Ventosa do Bairro, o Senhor António Simões; ----------

2 – Suplente: O Senhor Presidente de Junta de Pampilhosa, o Senhor Vítor Alves de Matos;" ----------
Para terminar a sua intervenção, referiu que esta proposta só podia ter uma interpretação, uma vez que o cidadão, Senhor António Simões, não poderia estar presente no Congresso, o seu suplente só poderia ser o Senhor Vítor Alves de Matos. ----------
- Interveio o Senhor Mano Soares para felicitar o Senhor Presidente da Mesa, pela forma atempada como a documentação chegou aos membros da Assembleia Municipal, a qual excedeu largamente o prazo exigível legalmente, ao contrário do que aconteceu na 1ª sessão da Assembleia Municipal da anterior legislatura, em que, alguns dos membros receberam a documentação, um ou dois dias antes e outros na própria Assembleia. Quanto ao assunto exposto pelo Senhor Carlos Rodrigues, referiu que a Direcção de Turismo pode fazer a propaganda que quiser, mas se não houver nada para ver nem para fazer, é evitada. Reforçou que cabe à Câmara ou às entidades competentes do Município a realização de eventos que valham a pena, pois para estes, nem há necessidade de divulgação. Comunicou que recebeu o jornal "Diário de Coimbra" e, na página 9, viu uma publicação com o título "Tentativa de conspurcar a honra e dignidade das pessoas", ficando boquiaberto, porque a tomou como uma clara tentativa de condicionamento desta Assembleia, senão mesmo, uma intimidação. O interveniente referiu que a conferência de imprensa teve lugar no dia anterior ao da Assembleia para que esta surgisse em plena Assembleia Municipal. A notícia menciona que "vão accionar judicialmente pessoas porque fizeram isto, aquilo e acoloutro" e que, quem lê esta notícia e vem para a Assembleia, pode ficar intimidado e ter cuidado com o que diz, para não "malhar com os costados no Tribunal". Referiu também que foi usada, na referida notícia, uma linguagem excessiva, tendo citado alguns exemplos, que a seguir se transcrevem: *"Tentaram conspurcar a honra e dignidade dos Técnicos Municipais e de quem tem responsabilidades políticas, no caso, o próprio Senhor Carlos Cabral." "...e acusou os sociais-democratas de quererem ganhar votos com mentiras." "...tentaram enxovalhar as pessoas todas...".* O Senhor Mano Soares continuou, referindo que o que de facto se passou, sem estar a esmiuçar muito todos os trâmites que já decorreram, foi um assunto que decorreu no âmbito do município e que algumas pessoas pensaram que não estaria correcto, tendo chamado a atenção para essa eventual incorrecção, pois desconhecia se estava correcto ou não, uma vez que o processo decorre ainda nos tribunais. Ninguém tentou conspurcar a honra e dignidade dos Técnicos Municipais, nem tentou enxovalhar as pessoas. O interveniente recordou uma Assembleia Municipal, que se realizou há um ano, onde se discutiu uma carta que um médico veterinário tinha enviado a esta Assembleia, onde se referia que um concurso da Câmara Municipal teria sido mal feito. O próprio, teve oportunidade, nessa Assembleia, de analisar ponto por ponto, os vários itens do concurso e demonstrou com dados objectivos e indesmentíveis, que as coisas de facto não estavam correctas. Não tendo chamado desonesto a ninguém, nem que alguém, conscientemente, estivesse a tentar chegar a fins ilícitos. Recorda-se que, em resposta a essa sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Mano Soares pensava ser o dono da verdade, não seria o único detentor da seriedade, que as outras pessoas também são honestas e que estava a enlamear os outros. Nesta medida, o interveniente referiu que não pôs

em causa a seriedade nem honestidade de ninguém, nem estava a enlamear ninguém e acusou o Senhor Presidente da Câmara, de ser useiro e vezeiro neste tipo de situações. Aconselhou o Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta o cargo que ocupa, a ter calma, prudência e limitar-se aos factos. O interveniente fez menção de que leu a acta da reunião da Câmara Municipal, onde se discutiu o Orçamento e o Plano e, como está escrito na referida acta, o Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Vereador António Miguel não tinha legitimidade, ou termo semelhante, para estar presente na reunião de Câmara. Esta não era a primeira vez que o Senhor Presidente da Câmara tinha este tipo de saída, pois, aquando da tomada de posse da Câmara e da Assembleia Municipal, comentou que o Senhor César Carvalheira, não deveria ter desistido. Na opinião do interveniente, é entrar por um caminho que efectivamente não leva a lado algum, tanto no caso do Senhor António Miguel, como no caso do Senhor César Carvalheira, porque se é legal, o Senhor Presidente da Câmara não tem nada que fazer comentários sobre o assunto. Assim como não pode exigir aos outros um comportamento diferente daquele que o mesmo pratica, reforçando que se o Senhor Presidente da Câmara se salvaguarda na lei, não pode o mesmo exigir aos outros comportamento ético ou cívico diferente. Para finalizar a sua intervenção, o Senhor Mano Soares sublinhou que se devem apresentar alternativas e não ter uma atitude "bota a baixo". Referiu que, sempre que o Senhor Presidente da Câmara usar o mesmo tipo de linguagem, o próprio vai-lhe chamar a atenção, porque entende que o Senhor Presidente não pode usar esse tipo de linguagem. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, relativamente ao Senhor Vereador António Miguel, este tinha efectivamente legitimidade para estar na Câmara, embora não representasse, em termos directos e em termos políticos, nenhum eleitor, uma vez que não foi escolhido por ninguém e, como políticos, têm de encarar o comentário político com frontalidade. Estranhou também o facto de o Senhor Mano Soares ter, *"vindo defender a honra e a legitimidade da dama"*, pedindo de seguida, desculpa pelo termo usado e afirmou que os comentários são políticos. Parece ao interveniente que existe alguma arrogância, que nem os resultados políticos conseguiram desvanecer, pois entende que se alguém tem sido arrogante, não tem sido o Presidente da Câmara, na medida que nunca se atreveu a dar conselhos a ninguém. Para terminar a sua intervenção, referiu que o Senhor Mano Soares tem o hábito de ir para a Assembleia Municipal utilizar as expressões usadas pelo Senhor Presidente da Câmara e apelou ao mesmo, para que, ao menos, o deixe dizer asneiras, que também tem direito a elas. -----

- Pediu a palavra o Senhor José Alves Rosa, felicitando todos membros da Assembleia, para informar que, como frequentador do Centro de Saúde Luso, a entrada principal do edifício está vedada com adesivo ou fita-cola. Os utentes do Centro, têm que entrar *"pela porta do cavalo"*, há mais de um ano. Referiu que o posto médico tem um elevador desnecessário, pois segundo informação dos funcionários, nem motor tem e concluiu a sua intervenção, solicitando um posto igual para a Vacariça. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro, para dar uma explicação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, mencionando que se o Senhor António Simões estivesse impedido, de participar no Congresso, por

razões justificativas, era o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa quem o substituiria efectivamente. Mas acontece que o Senhor Presidente de Junta de Ventosa do Bairro morreu e o artº 79 da lei 169/99 tem uma regra de substituição imediata, onde o nº 2 da lista, o actual Presidente de Junta, assume imediatamente o cargo. O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pampilhosa teria toda a razão de estar molestado se, por exemplo, o Senhor Presidente de Ventosa do Bairro fosse para o estrangeiro, e quem o substituísse fosse o Secretário da Junta, que não está mandatado. Mas, neste caso, não têm razão, o Senhor Presidente de Junta de Ventosa do Bairro encontra-se vivo e capaz de ir ao Congresso. Se verificarem o art.º 79 da lei 169/99, a substituição do Presidente da Junta de Freguesia, não carece de nenhuma formalidade. Referiu também que, a propósito da notícia fresca de hoje, que as palavras do Senhor Presidente da Câmara são inteiramente justas. Relativamente ao assunto abordado pelo Senhor Mano Soares, referente ao concurso da Câmara para médico veterinário, mencionou que o próprio teria dito pior e que as pessoas têm que ser responsáveis por aquilo que dizem, principalmente quando vem uma autoridade fiscal, nomeadamente o Tribunal Administrativo Fiscal que, sobre esta matéria, deliberou o arquivamento do processo. O interveniente acha que o Senhor Presidente da Câmara fez bem em dar conhecimento disso e felicitou-o pelo facto de ter a capacidade de reagir quando se sente molestado. Neste caso, molestado violentamente e em período eleitoral. Pediu perdão por alguma palavra ter algum conteúdo mais duro, mas na essência concorda que ninguém gosta de ver o seu nome nos jornais sendo acusado de lesar o património, quando a obrigação do Presidente da Câmara é ser o primeiro defensor do património municipal. Em resposta ao Senhor Pedro Duarte, o interveniente começa por dizer que, como é do seu conhecimento, a primeira reunião da Assembleia Municipal é o acto da instalação dos órgãos municipais e a lei determina que nem sequer carece de convocatória. Esta reunião, não é ordinária nem extraordinária. O interveniente reforça ainda que a reunião da instalação é a mais ordinária de todas, uma vez que é imposta por lei, como por exemplo, enquanto as outras dizem que tem que ser no mês de Fevereiro, esta tem que ser naquele dia, é um comando imperativo. O Senhor Rui Marqueiro continuou a sua intervenção mencionando que poder-se-á discutir, se, só nas reuniões ordinárias, por dois terços da Assembleia, se podem decidir fazer alguma coisa para além da Ordem de Trabalhos. De facto, existe uma Ordem de Trabalhos que é imposta por lei. Levantando-se o problema de se há ou não legitimidade para apreciar outros assuntos, a própria lei diz que, nas reuniões ordinárias, se pode. Por maioria da razão, porque é que não se haveria de poder, na reunião da instalação, uma vez que dois terços da Assembleia assim o decidiram. O interveniente continuou lembrando que as decisões da Ordem de Trabalhos podem ser impugnadas no Tribunal Administrativo, confirmando-se assim, se a decisão é legal ou ilegal, sublinhando mais uma vez que a reunião da instalação é a mais ordinária de todas as reuniões, que é imposta por lei, que tem um dia fixo e nem carece de convocatória. Nesta medida, procedeu-se assim, por uma questão de urgência, à eleição do Presidente de Junta. O interveniente acha óptimo que alguém impugne esta questão da eleição do Presidente de Junta no acto da instalação, pois poderá haver o caso de ninguém ter levantado esta questão e, talvez, se faça jurisprudência, recordando o interveniente um caso que só não houve jurisprudência,

relativamente às taxas agravadas, porque, após uma inspecção da Câmara, o Ministério Público não foi capaz de ir a avante. Assim, para terminar a sua intervenção, o Senhor Rui Marqueiro finaliza que a seu ver, a decisão não é ilegal, foi tomada com carácter de urgência e do interesse público. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vítor de Matos, lembrando que o tempo do período antes da ordem do dia foi largamente excedido e pediu para que os intervenientes seguintes fossem económicos nas palavras. ----------
- Interveio o Senhor Vítor de Matos para reforçar a sua discórdia quanto à interpretação expressa pelo Senhor Presidente da Mesa e pelo Senhor Rui Marqueiro, citando novamente parte do art.º 2º (Delegados) do Regimento do Congresso da ANMP, que a seguir se cita: *"Um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto, ambos eleitos em Assembleia Municipal;"*. Neste contexto, o interveniente anuncia que, a partir desta reunião, deixa de estar disponível para representar a Assembleia Municipal junto da Associação Nacional de Municípios, uma vez que, na sua opinião, não foi cumprido o que está escrito em acta e o que diz a Associação Nacional de Municípios. ----------
- Interveio o Senhor António Neves, dirigindo-se ao Senhor Rui Marqueiro, relativamente às declarações prestadas pelo responsável da concelhia do Partido Comunista Português ao Jornal "Mealhada Moderna", nomeadamente do Senhor Augusto Oliveira, para anunciar que os representantes da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal, não se vinculam em algumas das declarações prestadas pelo mesmo. ----------
- Interveio o Senhor Pedro Duarte para apresentar requerimento que a seguir se transcreve: ----------
Situação sobre os pedidos de informação formulados pelo Deputado Municipal Pedro Nuno Figueiredo Duarte. ----------
Em 2 de Junho submeti ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal quatro requerimentos tendo em vista: ----------
1. A solicitação de um parecer ao Auditor externo sobre a conformidade da aplicação da regra previsional disposta na alínea a) do ponto 3.3.1. do POCAL e da aplicação do princípio contabilístico – consistência – constante na alínea c) do ponto 3.2. também do POCAL relativamente aos Orçamentos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009; ----------
2. A obtenção de todas as candidaturas apresentadas desde 2004 pelo Município para efeitos de financiamento a entidades nacionais ou comunitárias;
3. A obtenção de informação relativa à cobrança do imposto de Derrama dos anos de 2006, 2007 e 2008; ----------
4. A solicitação à Câmara Municipal do Balanço Social dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, a que a autarquia está obrigada a elaborar nos termos do n.º1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/06, de 9 de Outubro; ---------
Tendo em consideração que: ----------
a) Todos os requerimentos foram recepcionados em 5 de Junho do presente ano; ----------
b) Na Assembleia Ordinária de 19-09-2009, foi apresentado um pedido de informação relativo à falta de resposta para as solicitações supra mencionadas;
c) Relativamente aos ponto 1 e 2 contínuo sem receber qualquer dos elementos solicitados, enquanto os elementos solicitados nos pontos 3 e 4, apesar de estarem dependentes do envio de cópia dos mesmos, até à presente as referidas cópias continuam sem chegar ao deputado municipal; ----------

Face ao exposto, reitero nesta Assembleia, a minha indignação pela forma explícita de "obstrução" ao exercício de deputado municipal pelo Executivo Municipal, em particular no tocante à obtenção de informação. ----------
Que palavra utilizar para a não disponibilização dos Balanços Sociais da Autarquia desde 2004, elementos que são de elaboração e envio obrigatório às entidades competentes? ----------
Porque demora mais de 3 meses um ofício a ser fotocopiado, tratando-se apenas de um simples reenvio ao deputado do ofício recebido pela Câmara Municipal. ----------
Face ao rigor e à eficácia da Gestão da Autarquia que o executivo invoca constantemente, até quando é aceitável o motivo invocado para o atraso na compilação dos dados relativos a candidaturas para efeitos de financiamento. --
Para terminar esta interpelação, seria desejável que esta Assembleia Municipal tomasse a iniciativa de recomendar à Câmara Municipal que desse resposta aos pedidos de informação formulados pelos Deputados Municipais no prazo máximo de 30 dias após a recepção dos mesmo, e que em caso de incumprimento deva ser apresentada um justificação por cada período de 30 dias. ----------
Se aprovada pela Assembleia Municipal, esta recomendação deve vigorar, devendo a mesma ser incluída no Regimento deste órgão autárquico, logo que ratificado. ----------
Mealhada, 29 de Dezembro de 2009 ----------
O deputado municipal ----------
Pedro Nuno Figueiredo Duarte----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para perguntar ao Senhor Pedro Duarte, pedindo entretanto para não ser interpretado com ironia, se quem falou foi o Senhor Deputado Pedro Duarte do mandato anterior ou do actual. Esclareceu de seguida que apesar de a pessoa ser a mesma, o deputado não é o mesmo e lembrou que o Senhor Pedro Duarte fez a mesma intervenção no dia 19 de Setembro. Continuou a sua intervenção dizendo que, como o deputado Pedro Duarte compreende, aquando da sua intervenção, estavam a dois passos das eleições e, obviamente, não foi respondido, não que houvesse algum interesse em não responder, mas porque o Senhor deputado quando faz esses pedidos, não o faz para seu uso próprio, mas sim na qualidade de deputado da Assembleia Municipal e para usar na sua intervenção na Assembleia Municipal. Caso o Senhor Pedro Duarte renove o seu pedido, os elementos ser-lhe-ão fornecidos. ----------
- Interveio o Senhor Pedro Duarte expressando o seu espanto pelo comportamento do Senhor Presidente da Câmara, dado que está em falta perante um pedido que foi efectuado no anterior mandato e, na sua opinião, deveria ter sido dada resposta por escrito, no limite, até ao termo do mandato. Salientou que se tiver que formular novo requerimento, terá todo o prazer em voltar a fazê-lo. ----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que não é necessário formular novo pedido, mas sim, formalizar o pedido e realça que convém entender que o Senhor Pedro Duarte podia não ter sido eleito. Nesta situação não lhe iria fornecer os elementos, a menos que fosse à Câmara como cidadão. Como cidadão, tem o direito ao acesso a todos os documentos, mas não foi este o caso. Sublinhou que o que foi pedido, foram documentos elaborados, inclusivamente sobre candidaturas e, pedindo desculpa se estiver

enganado, alguns elementos que saíam fora do mandato anterior. Apelou também à compreensão, referindo que os elementos serão fornecidos, obviamente, para utilização neste mandato. ----------

- O Senhor Pedro Duarte respondeu que nunca deixou de exercer o seu mandato até à instalação do órgão da Assembleia Municipal, onde foi novamente mandatado para um novo exercício de quatro anos. Na Assembleia de 18 de Setembro, quando o Senhor Presidente da Câmara foi interpelado pelos mesmos motivos, a resposta que deu para alguns dos pontos, foi de que estariam apenas dependentes da cópia dos ofícios em causa. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu o assunto por encerrado, entendendo a proposta do Senhor Pedro Duarte como sendo um novo requerimento e tomando a seu cargo o compromisso de que os elementos requeridos seriam fornecidos no prazo de 30 dias. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. ----------

1 – VOTAÇÃO DA ACTA 4 DA SESSÃO REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2009: O Senhor Presidente pôs à votação, a Acta nº. 4 da Sessão Ordinária da Assembleia, realizada em 18 de Setembro de 2009. ----------

- Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara chamando a atenção, embora não tenha direito de voto, para um texto que está incompleto na página nove. Então, recordando exactamente o que havia proferido completou-o como a seguir se transcreve: *"O Senhor Presidente da Câmara começou por referir, a propósito do Parque Urbano e da ciclovia, que é um assunto que está a ser analisado pelos tribunais, o que o impede de responder como desejava à intervenção grotesca, patética, quiçá, mal-educada ouvida nesta Assembleia".*

- O Senhor Presidente da Mesa disse que essa alteração seria feita e perguntou se algum dos membros da Assembleia gostaria de ter o uso da palavra. ----------

- Tomou o uso da palavra o Senhor Pedro Duarte para referir que, a votação relativa ao ponto 10, (Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude), foi feita, apesar de faltar a pagina onze aos deputados do PSD, achando que esta deveria ser remetida nos moldes oficiais a cada um dos membros, para assim, completar a documentação que foi enviada. Apesar de constar na acta que houve essa falta da página, não deixa de ser estranha a sua aprovação, pois desconhece um conjunto de artigos do regulamento. -------

- Pediu a palavra o Senhor Mano Soares para dizer que, em relação à acta, tem uma observação a fazer, nomeadamente na folha número dezoito, onde refere o uso da palavra pelo Senhor António Fonseca Costa que interpelou o Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Mano Soares declarou então que a após a leitura da referida pagina e, como não se lembrava exactamente dos termos que haviam sido proferidos, questionou pessoalmente o Senhor António Fonseca Costa a fim de confirmar a veracidade do que foi escrito. Face a esta atitude, assumiu toda a responsabilidade que daí possa advir. Continuou a sua intervenção referindo que o Senhor António Fonseca Costa disse que o que está escrito não é exactamente o que foi dito, nomeadamente o que a seguir se transcreve: *"..., relativamente a uma questão pendente em Tribunal, por um processo que o Senhor Presidente lhe mandou instaurar há cerca de 10 anos."* O Senhor Mano Soares esclarece que o processo não está pendente, foi já julgado e arquivado no mesmo ano em que foi instaurado, ou seja, em 2000.

Referiu também que, na resposta ao munícipe, está escrito que o Senhor Presidente disse que o assunto apresentado não constava da ordem de trabalhos e, portanto, não poderia ser apreciado, mas na verdade, o que foi dito, foi que se tratava de um assunto pessoal e, portanto, não poderia ser apreciado. Assim, o interveniente pediu para ser novamente ouvida a gravação para serem esclarecidas as dúvidas. ----------

Feitas as correcções à Acta n.º 4, da sessão realizada em 18 de Setembro de 2009, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor e quinze abstenções. ----------

2 – VOTAÇÃO DA ACTA 1 DA SESSÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2009: Pediu a palavra o Senhor Pedro Duarte para adiantar que vota contra e para pedir que conste em acta a sua declaração de voto, a qual citou e que a seguir se transcreve: ----------

DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA

Para constar em acta apresento a fundamentação para votar contra a acta n.º 1 realizada em 26 de Outubro de 2009; ----------

a) a acta não produz todos os acontecimentos e intervenções relevantes, em particular verifica-se a falta de qualquer referência feita por mim à repetição do incidente verificado aquando da tomada de posse em 2005, designadamente a eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, sob o pretexto de urgência; ----------

b) invocar a ilegalidade da referida eleição por esta não poder ser objecto de deliberação, pois nos termos do n.º 1 dos artigos 45.º e 49.º e do artigo 83.º da Lei 169/99 (republicada pela Lei 5-A/2002) parece-me inequívoco que a referida deliberação não podia ser tomada apesar de aprovada com maioria de 2/3 dos membros da Assembleia; ----------

c) Por último e não menos importante, verifica-se a falta de qualquer referência à intervenção que o Sr. Jorge Carvalho teceu no final da sessão de instalação desta Assembleia Municipal, em que este Sr. que para além de ser Munícipe deste Concelho, é um militante do Partido Socialista e ainda ocupa o lugar de Secretário da Junta de Freguesia do Luso. De forma alguma o Presidente da Assembleia Municipal deve permitir a este Sr. efectue juízos de valor sobre a opinião emitida por qualquer deputado municipal. ----------

d) Relembro a esta Assembleia que este expediente foi utilizado repetidamente pelo mesmo Munícipe no anterior mandato, pelo que invoco a atenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para o estrito cumprimento do disposto nos n.º 1, 4, 6 e 7 do artigo 84.º da Lei 169/99 (republicada pela Lei 5-A/2002). ----------

Mealhada, 29 de Dezembro de 2009 ----------

O deputado municipal, ----------

Pedro Nuno Figueiredo Duarte ----------

- Tomou a palavra o Sr. Manuel Cardoso, para justificar a sua abstenção na votação da acta nº 4 por não ter estado presente na sessão de 18 de Setembro de 2009. ----------

O Senhor Presidente pôs à votação, a Acta nº. 1 da Sessão Ordinária da Assembleia, realizada em 26 de Outubro de 2009 e foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, três votos contra e cinco abstenções. ----

3 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 2009: ----------

OBRAS EM FASE DE CONCURSO

- Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade – Mealhada; ----------
- Recuperação do Pontão de Várzeas; ----------

OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO

- Bairro Social do Canedo – Reabilitação de 20 fogos; ----------
- Reabilitação de Pavimentos em Carvalheiras e Louredo; ----------

OBRAS EM CURSO

- Arranjo da Envolvente à Zona Desportiva da Mealhada; ----------
- Arranjos Urbanos da Vimieira; ----------
- Arranjo Urbano nos Largos da Capela em Carqueijo e Pedrulha; ----------
- Campo de Futebol Municipal da Pampilhosa – Execução de relvado natural; ----------
- Estrada Vimieira/Casal Comba (Pav. e Passeios e Subst. Cond. Água); ----------
- Centro Educativo da Pampilhosa; ----------
- Pavilhão Polidesportivo de Barcouço; ----------
- Rede de Drenagem de Águas Residuais de parte das Povoações de Quinta Branca e Adões; ---
- Reconversão dos Viveiros Florestais da Mealhada – Parque Urbano; ----------
- Rede de Drenagem de Águas Residuais de parte das Povoações de Monte Novo, Buçaco e Salgueiral; ----------
-Infra-estruturas da Zona Industrial da Pedrulha (2ª fase); ----------
- Estrada Santa Luzia/Barcouço (com substituição de Redes de Águas e Saneamento); ----------
- Reforço da Sub-base do Pavimento da Estrada Santa Luzia – Barcouço; ----------
- Sinalização Horizontal e Turístico-Cultural da Zona Central da Pampilhosa; ----------
- Requalificação do Largo de São Martinho em Arinhos; ----------
- Revitalização da Zona Central de Cavaleiros; ----------
- Reabilitação da Estrada Cavaleiros-Grada; ----------
- Reabilitação de Arruamentos em Mala e Quintas de Mala; ----------
- Sinalização Horizontal – Passadeiras elevadas; ----------
- Jardim Público da Antes; ----------
- Repavimentação em Quinta do Valongo; ----------
- Pavimentação Lameira de Santa Eufémia e Lameira de São Pedro; ----------
- Arruamento São Romão à Rua das Padeiras – Tramo I – São Romão – Rua do Lameiro; ---------
- Arranjo da Envolvente ao Campo de Futebol Municipal de Pampilhosa; ----------
- Pinturas Exteriores da Escola do 1º CEB de Casal Comba; ----------
- Substituição do Revestimento da Cobertura do Pavilhão Gimnodesportivo da E.B. 2-3 de Mealhada; ----------

Mealhada, 15 de Dezembro de 2009 ----------

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) ----------

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara foi acompanhada dos elementos relativos à situação financeira do Município. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. ----------

- Pediu a palavra o Senhor Rui Marqueiro para, em primeiro lugar, fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de este acrescentar o acerto da tesouraria do dia ou do dia anterior, à data da sua informação, às informações financeiras que venham a ser prestadas nas próximas sessões ordinárias. Justificou que a Tesouraria é a caixa, onde se podem verificar os

meios líquidos e mencionou que isso é importante para a situação financeira. Referiu também que, apesar de normalmente não haver intervenções nestas informações, esta é interessante por ter sido prestada a 15 dias de acabar o ano, tendo assim uma quase antecipação da conta de gerência e algumas coisas são já perceptíveis, sendo perceptível uma coisa curiosa. Ora os seus colegas, ora os seus adversários políticos, muitas vezes zurzirão o que é lido nas taxas de execução, não que elas sejam tão importantes como isso, e mencionou que, mais à frente, vai mostrar o porquê da sua relativa importância. O interveniente referiu que perdeu algum tempo a fazer percentagens, nomeadamente nos termos da execução da receita e a execução da receita corrente é de 92,2%, a da receita de capital é de 41,48%, de outras receitas é de 100,21% e a execução global é de 77, 77%, querendo crer que ela vai ser superior porque pela análise das receitas, estas nunca existem por princípio, até ao dia 15, podendo pagar despesa e assim obter uma taxa de execução superior. O interveniente salientou que, a 15 de Dezembro, estes números permitem pensar que as taxas de execução reflectem, não uma gestão má e insuficiente, mas sim uma boa gestão. Relativamente à execução da despesa, o interveniente continuou a apresentar percentagens, referindo que a execução global é de 70,50% e se se observar na óptica da despesa paga, que é uma das ópticas obrigatórias, verificar-se-á que a despesa de capital tem uma taxa de execução de 57,29% e a despesa corrente tem uma taxa de execução de 83,37%, mas para os mais avisados, normalmente também se olha para a execução pelos compromissos e, nessa perspectiva, a despesa corrente tem uma execução de 89,54% e a de capital 91,66%. Disse ainda que os compromissos significam os valores já tomados no Orçamento, por responsabilidades assumidas pela Câmara Municipal. Acrescentou que a execução dos compromissos é, normalmente, de 90,79% e que é uma taxa dificilmente alcançável. Continuou, referindo que se se comparar a receita cobrada com a despesa paga, existe um diferencial de um milhão trezentos e setenta e dois mil euros, se se comparar a receita corrente cobrada com a despesa corrente paga, existe um diferencial de dois milhões setecentos e noventa mil euros, se se comparar as receitas de capital, mais outras receitas, menos as despesas de capital pagas, existe um diferencial de um milhão quatrocentos e 8 mil euros. O que quer dizer que, para os perfeccionistas, se a Câmara Municipal tivesse o mau gosto e a má gestão de ter comprometido completamente o Orçamento, esta teria um défice de dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil euros porque a receita não teve o andamento que estava previsto no orçamento, uma vez que havia prevista uma realização de investimento, nomeadamente de terrenos, e os fluxos comunitários estiveram abaixo do habitualmente previsto pela Câmara Municipal. Concluiu saudando a Câmara pela sua boa gestão, pois adequou a execução aos meios. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa alegou que (está certo de que) o Senhor Presidente da Câmara poderia aceitar a sugestão apresentada pelo Senhor Rui Marqueiro, tal como qualquer outra sugestão que seja apresentada pelos demais deputados municipais, em que seja necessário o acrescento de qualquer tipo de informação. ----------

- Pediu a palavra o Senhor Mano Soares para referir que, após ter olhado para a listagem das obras, quer em fase de concurso, quer em fase de adjudicação/consignação, quer em fase de obras em curso, não vê qualquer

obra referente ao canil municipal. Segundo o mesmo este assunto não pode passar em claro, contando a propósito que, á pouco tempo, esteve um cão na Pampilhosa com uma leishmaníase, que é uma doença de que os cães, entre outros animais, são portadores. Mencionou que a propagação da doença se faz através dos mosquitos e que a bactéria se denomina por leishmania, havendo várias espécies. Esta doença tanto pode existir em animais como no Homem, onde tem o nome de kalazar. Para o Homem é uma doença gravíssima, que provoca anemia, leucopenia, trombocitopenia, infecções generalizadas, um baço que atinge cinco vezes o tamanho normal. O tratamento é muito difícil e, por vezes conduz à morte. Prosseguiu alegando que, por não haver canil nem veterinário municipal, o cão esteve um mês à espera de uma solução, acabando por ser abatido pelo veterinário municipal de Anadia. O concelho da Mealhada, ficou sujeito a uma autêntica esquadrilha de mosquitos, portadores no seu bojo de autênticas bombas que poderiam disseminar pela população. Mencionou também que, havia em tempos e pensa que continua a haver cães vadios na Pampilhosa que, deveriam ser recolhidos e transportados para o canil municipal. Mencionou ainda que, há pouco tempo, um dos jornais da Mealhada noticiou que uma senhora tinha sido mordida no Parque da Cidade, desconhecendo se era um cão vadio. Concluiu que é este conjunto de situações que leva a crer que é urgente pensar num canil municipal e contratar finalmente um veterinário municipal. Por fim, mencionou que já falou da questão do concurso do veterinário municipal, situação essa que tem uma longa história e já dura há um ano, e pensa que foram cometidos alguns erros, tal como foi dito atrás pelo Senhor Presidente da Câmara ("...toda a gente comete erros..."), mencionando que, ao contrário do Senhor Presidente, ele próprio procura aprender com os erros. Reforçou também que o Senhor Presidente não procura aprender com os erros e, passo a expressão, é de tal maneira teimoso, que persiste no erro e não admite outras verdades senão a sua, mas também erra, pedindo desculpa pela afirmação. Relativamente à resposta dada pelo Senhor Presidente ao deputado Pedro Duarte, dizendo que a documentação da Câmara está perfeitamente disponível para a consulta dos cidadãos, referiu que tem na sua posse a acta da reunião de Câmara do dia 15 de Outubro de 2009, em que o Vereador Carlos Marques pediu à Câmara a cópia da documentação enviada ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no âmbito do processo de contratação do médico veterinário. Expôs que, primeiramente, houve alguma estranheza por parte da Câmara de tal pedido, depois houve manifestação de que eventualmente não se percebia a razão para tal pedido. Inclusivamente, o Senhor Vereador Calhoa Morais referiu que sempre houve recurso das decisões dos Tribunais e que, como a denúncia foi feita pelo Senhor José Veiga, assiste-lhe o direito de recorrer mas, no recurso, apenas será discutida a questão de direito e não será analisada a prova. O interveniente referiu que, não sendo jurista e tendo pedido opinião a juristas, a questão do direito não tem nada a ver com a prova nem a prova tem nada a ver com o direito, mencionando que no recurso seguem as provas e os direitos e que tudo isso continua. O interveniente referiu que assunto ainda não terminou e salientou que, perante o pedido de fornecimento da documentação requerida pelo Senhor Carlos Marques, a concessão da mesma foi colocada à votação do executivo. Questionou o Senhor Presidente se, por hipótese, a votação tivesse sido favorável à entrega da documentação ao Senhor Carlos Marques, se esta seria efectivamente entregue, presumindo que sim, uma vez que se

assim não o fosse, essa votação seria irrisória a apenas para perder tempo. Concluiu que, uma vez que o Partido Socialista estava em maioria, a votação foi não e, afinal, a documentação não está assim tão disponível aos cidadãos, como foi afirmado ao Senhor Presidente da Câmara. ----------
- O Senhor Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo este dispensado direito ao uso da palavra. ----------
4 – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE TABELAS E TAXAS DO MUNÍCIO DE MEALHADA: - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------
- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que com a legislação actualmente em vigor, é necessário a Câmara elaborar o Regulamento e fixar taxas, as quais obedecem a determinados normativos. Para tal, os serviços camarários tiveram o apoio do Senhor Pedro Mota e Costa, que fez o favor de se encontrar presente nesta Assembleia Municipal para auxiliar a análise ao Regulamento de Taxas para o Município de Mealhada. Continuou, proferindo a necessidade da justificação do valor de cada uma das taxas. Disse também que, este documento foi apreciado e aprovado pela Câmara e submetido à apreciação ou inquérito do público, tendo decorrido a divulgação da sua publicação. Acrescentou que tudo está explicado em termos do próprio regulamento, colocando-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida que subsista a quem terá lido e analisado o documento em causa. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença do Senhor Pedro Mota e Costa nesta Assembleia Municipal e deu a palavra ao Senhor Rui Marqueiro.
- Interveio o Senhor Rui Marqueiro, felicitando o Senhor Pedro Mota e Costa pela presença e pelo trabalho efectuado, conjuntamente com os funcionários da Câmara Municipal, na elaboração do regulamento, o qual, na sua opinião, foi elaborado com muita valia. Reconheceu que é um trabalho complicado e que é a primeira vez que uma legislação autárquica tem uma exigência deste nível com as taxas para as Autarquias Locais. Lembrou que, há uns anos, um grande especialista nesta matéria, o Senhor José Costa, realizou trabalho idêntico para a Câmara Municipal do Porto. Referiu que esteve a tentar perceber o documento em causa, recolhendo o máximo de informação possível sobre esta matéria. Teve oportunidade, no dia da Assembleia, de falar com o Senhor Presidente da Câmara a este respeito sobre uma questão que deve ser mencionada, o art.º 8º da Lei 53-E/2006 de 29 de Dezembro, que a seguir se transcreve: ----------

Artigo 8.º
Criação de taxas

1- As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respectivo. ----------
2- O regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade: ----------
a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva; ----------
b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; ----------
c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; ----------
d) As isenções e sua fundamentação; ----------

e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas; ----------

f) A admissibilidade do pagamento em prestações. ----------

Após análise do artigo descrito, o interveniente reparou que no regulamento não existe menção à alínea d) nem à alínea f). Partindo do princípio que, relativamente à alínea f), a admissibilidade do pagamento em prestações é negada, poder-se-á estabelecer uma regra de não admissibilidade ou admissibilidade negativa mas, no caso das isenções, existe uma falha. O interveniente continuou expondo que, após conversa com o Senhor Presidente, existem duas formas de resolver o problema: ou legisla-se e escreve-se qualquer coisa no regulamento ou (como a entrada em vigor das taxas, que ficou hoje muito menos grave com a saída do Decreto-Lei, que prorroga a possibilidade de cobrança das taxas até 30 de Abril) espera-se que a Câmara possa calmamente fazer outra proposta do regulamento. Referiu que era indiferente a forma de resolução do problema, pois é essencial que no regulamento de taxas exista alguma coisa respeitante às isenções. Mencionou também que existe outro assunto que gostaria de abordar, caso se decida legislar, relativamente a uma outra taxa que, na sua opinião, carece de ser corrigida. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, relativamente às duas questões suscitadas pelo Senhor Rui Marqueiro, para informar de que, após contacto telefónico que teve com o mesmo, conversou com a Chefe de Divisão e concluiu que o facto de se dizer que não há pagamento em prestações, é uma forma de admissibilidade. Relativamente à questão das isenções, o interveniente referiu que realmente não existe qualquer artigo a prever isenções, mencionando que estas taxas são respeitantes à parte administrativa da Câmara, não incluindo o sector de obras que, vai ser analisado no ponto 7 da ordem de trabalhos. Sugeriu, que nesta mesma Assembleia, fosse introduzida esta questão da eventual existência de isenções no regulamento, pois ganhar-se-ia tempo. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para manifestar que partilha das preocupações do Senhor Rui Marqueiro, relativamente às isenções e ao pagamento por prestações. Realçou o facto de as taxas que vinham sendo praticadas pelo município de serem muito inferiores aos custos reais, verificando-se que pela presente proposta, o elevado número de taxas iria ver o seu encargo diminuir mais significativamente. O interveniente acrescentou que na altura, a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro defendeu que tal medida se devia ao apoio à crise que o País e o Concelho atravessam e, provavelmente, continuarão a atravessar num futuro próximo. Então, questionou se os valores cobrados serão reduzidos demais, ou se serão os custos de funcionamento do município demasiado elevados para os serviços prestados no domínio das actividades constantes no plano de actividades do presente regulamento. Inquiriu também o executivo, sobre a existência de alguma previsão do impacto do novo regime de taxas, relativamente aos anos anteriores (designadamente os mais recentes), no que toca ao calculo das receitas obtidas nos próximos anos e aquelas que serão cobradas com o novo quadro de tarifas. De seguida, o interveniente disse ter verificado que o documento é extremamente reduzido, contendo um pequeno número de taxas, quando comparado com outros regulamentos municipais, bem como com o anterior. O interveniente viu serem utilizadas rubricas normais noutros municípios, como por exemplo, a taxa para

a instalação de estações ou antenas transmissoras de sinal, distribuição de publicidade na via em carro ou por avião, a existência de uma descrição por actividade em mercados e feiras. Realçou que o benefício económico é muito variável de actividade para actividade, a inexistência de qualquer taxa para a utilização do equipamento desportivo, cultural ou de transporte do município, também resulta, na falta de alguns regulamentos para a sua utilização. Referiu que a inexistência de taxa, para efeitos de avaliação do coeficiente de conservação do imóvel, ao abrigo do NRAU, era gravosa, pois é por força da lei, uma competência do município. A inexistência de qualquer taxa para a recolha e tratamento de animais, assim como para a instalação de máquinas de multibanco, esta sem prejuízo da utilidade que as populações retiram. Referiu ainda outra, de danos causados ao património, associados à limpeza e ao cuidado dos espaços verdes, num Concelho que procura a excelência ecológica. Fez também referência, não tendo a certeza se o diploma iria ser aprovado nesta Assembleia, à entrada em vigor do mesmo, cuja publicação do seu adiamento estaria para breve e produziria efeitos a 1 de Maio de 2010. Concluindo e face ao exposto, o interveniente interpolou o executivo no sentido de ser esclarecido no que diz respeito à previsão do impacto que vai ter com a receita referente a estas taxas e a omissão de um conjunto de algumas situações que poderiam ser consideradas neste regulamento. ----------

- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro, para responder às questões efectuadas pelo Senhor Pedro Duarte. Começou por mencionar que, relativamente à questão de se ter ou não elaborado uma previsão relativa ao impacto das receitas, o Senhor Pedro Duarte teve, com certeza, oportunidade de ver quais as taxas de que estão a falar e qual o seu impacto no orçamento e que, como o Senhor Pedro Duarte sabe, havia um timing para produzir este documento e mais importante do que mexer com as taxas na elaboração deste documento, era a necessidade de o elaborar e de o justificar. Quanto à falta de taxa de utilização de espaços desportivos, referiu que existem preços que estão devidamente previstos e não estão contemplados no regulamento, precisamente por se tratar de preços e não de taxas. No que concerne à omissão de taxas no regulamento, estas, irão surgindo, nomeadamente a taxa de publicidade por avião que não foi lembrada. Disse que existe apenas um caso concreto, aquando da realização da Expofacic, e que estes processos são dinâmicos e vão-se construindo, certamente com a colaboração de todos os membros. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro, para citar a proposta que elaborou relativa às isenções, que será oficialmente apresentada aquando da votação e que abaixo se transcreve. Exemplificou, de seguida, uma das situações que se poderiam enquadrar nesta proposta, nomeadamente, uma IPSS que tem um trabalho importantíssimo a cuidar dos idosos e que eventualmente teria que pagar uma taxa prevista no regulamento. Aquela poderia requerer isenção nos termos legais, alegando insuficiência económica, uma vez que as coisas estão cada vez mais apertadas e uma taxa causaria despesa. Por seu lado, a Câmara poderia isentar total ou parcialmente, com devido fundamento, pois qualquer acto administrativo carece de ser fundamentado. Referiu também que, percorreu a tabela de taxas que está publicada na página da internet e verificou que houve algumas taxas que desapareceram, eventualmente por opção política. Na sua opinião, quanto mais curta for a tabela de taxas, maior será a possibilidade de ser cobrada, porque quando os funcionários têm dez folhas de

taxas, acabam por esquecer, enquanto se houver duas folhas de taxas, elas estão sempre presentes. Nesta medida, o próprio referiu que se tivesse na pele do executivo, provavelmente, faria o mesmo devido à eventual crise, mas lembrou que as taxas não são aumentadas há quatro anos. Em termos reais, por força das taxas de inflação sucessivas aprovadas, a Câmara está a perder dinheiro todos os anos, de modo que, se as taxas sofressem um pequeno aumento, seria perfeitamente justificado e, em alguns casos, era perfeitamente justificado que algumas taxas estivessem muitíssimo superiores. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que o Senhor Presidente da Câmara já reconheceu que será necessário haver uma alteração ao regulamento e que existem duas soluções: o regulamento terá de voltar a ser votado, outra vez, noutra Assembleia, ou é aprovado com as alterações que a Assembleia assim decida. Acrescentou, também, que a bancada do Partido Socialista já apresentou uma solução e gostaria de ouvir a opinião das restantes bancadas. Devido à importância deste assunto, sugeriu um intervalo de cinco minutos, para encontrarem um consenso. ----------

- Após o intervalo, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Pedro Duarte. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para dizer que, de acordo com a reflexão que foi feita, a sua proposta passará pelo adiamento da decisão, aguardando que a Câmara elabore novo documento. Esta Assembleia não deve fazer alterações ao mesmo, em virtude de existirem lacunas graves que, se forem regulamentadas à pressa, continuarão. Sobretudo questões legais que, em cinco minutos, não se terá a certeza se, as mesmas, terão cobertura legal. ------

- O Senhor Presidente da Mesa pediu para que a proposta exposta pelo Senhor Pedro Duarte fosse apresentada por escrito para assim haver duas propostas a ser votadas em alternativa. Perguntou também, aos Senhores António Neves, António Breda e Presidente da Câmara se quereriam pronunciar-se, tendo os mesmos dispensado o direito ao uso da palavra. O Senhor Presidente da Mesa procedeu, assim, à votação da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, uma vez que é uma proposta exclusiva, a qual citou e que a seguir se transcreve, tendo esta sido rejeitada por maioria com onze votos a favor, dezassete votos contra e uma abstenção. -

PROPOSTA

Propomos o adiamento da deliberação relativa à aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas do Concelho de Mealhada. Nestes termos propomos a devolução deste documento à Câmara Municipal para serem supridas as lacunas detectadas e comunicadas nesta Assembleia. ----------

Pelo Partido Social Democrata, ----------

Pedro Duarte ----------

- Interveio a Senhora Joana Figueiredo para apresentar a sua declaração de voto, que a seguir se transcreve: ----------

DECLARA DE VOTO

Tendo em atenção as consequências legais que pendem sobre a aprovação do Regulamento e o adiamento implicado pela alteração legislativa de hoje, pronuncio-me então a favor do adiamento para que seja, de novo efectuada uma pronúncia por parte do Executivo Camarário. ----------

Joana Figueiredo ----------

- O Senhor Presidente da Mesa, uma vez que a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata foi rejeitada, procedeu à votação da proposta

apresentada pelo Partido Socialista, pela mão do Senhor Rui Marqueiro, a qual citou e a seguir se transcreve, tendo esta sido aprovada por maioria com dezoito votos a favor, onze votos contra. ----------

PROPOSTA

Artigo 22º

Isenções

A Câmara Municipal poderá isentar total ou parcialmente os particulares e as pessoas colectivas do pagamento de qualquer taxa prevista na Tabela, a requerimento dos interessados e nos seguintes casos: ----------

1) Insuficiência económica devidamente comprovada; ----------

2) Quando seja manifesto o interesse público da actividade exercida pelo requerente e se mostre inconveniente o pagamento da taxa respectiva; ----------

Pelo Partido Socialista, ----------

Rui Marqueiro ----------

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à votação do Projecto do Regulamento de Tabelas e Taxas do Município de Mealhada, com a alteração aprovada na votação anterior, e o mesmo foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor e onze votos contra. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

5 – ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM – BAIXO MONDEGO: - O Senhor Presidente da Mesa informou que a Assembleia deverá designar cinco membros. Perguntou se alguém queria usar da palavra neste ponto. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para lembrar que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia não poderão votar neste ponto, nem ser votados, não podendo integrar qualquer lista apresentada e a votação será efectuada pelo método da média mais alta de Hondt. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa, após ter recebido e citado todas as propostas, denominou de Proposta A, a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD), Proposta B, a proposta apresentada pelo Partido Socialista (PS) e Proposta C apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU), as quais, a seguir, se transcrevem: ----------

PROPOSTA A

LISTA CANDIDATA À

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM-BM

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO-MONDEGO

Ao abrigo do artigo 13º dos estatutos da CIM-BM, apresentamos a seguinte lista: ----------

1. Luís Miguel Brandão ----------

2. Bruno Coimbra ----------

Mealhada, 29 de Dezembro de 2009, ----------

P'los elementos do PSD, ----------

Luís Brandão ----------

PROPOSTA B

O Partido Socialista propõe como representantes do Município na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, os seguintes membros da Assembleia Municipal de Mealhada: ----------

1. Rui Manuel Leal Marqueiro ----------

2. José Miguel Felgueiras ----------

3. Guilherme Duarte ----------

4. António Ferreira Ribeiro ----------
5. Maria de Lurdes Jesus Bastos ----------
Mealhada, 29 de Dezembro de 2009, ----------
Pelo Partido Socialista, ----------
Rui Manuel Leal Marqueiro. ----------

PROPOSTA C
PROPOSTA DA CDU

1. António José Breda ----------
2. António Nogueira das Neves ----------

António Nogueira das Neves ----------
- O Senhor Presidente da mesa procedeu à votação por escrutínio secreto, tendo a Proposta A obtido sete votos, a Proposta B doze votos e a Proposta C dois votos. Após a contagem dos votos, o Senhor Presidente da mesa implementou o método da média mais alta de Hondt, tendo obtido a lista efectiva dos membros que representarão o Município na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, que a seguir se indica: ----------

1. Rui Manuel Leal Marqueiro (PS)
2. José Miguel da Rosa Felgueiras (PS)
3. Luís Miguel Pereira Brandão (PSD)
4. Guilherme José Campos Duarte (PS)
5. Bruno Manuel Pereira Coimbra (PSD)

6 – ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA A CPCJ – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: - O Senhor Presidente perguntou se alguém queria usar da palavra. ----------
- Tomou o uso da palavra o Senhor Rui Marqueiro referindo que nos documentos da Assembleia constam cartas do Senhor Vereador Calhoa, colocando a possibilidade de continuidade das pessoas que estavam indicadas na Comissão eleitas no mandato anterior. Existindo o princípio de prestação de contas das pessoas indicadas pela Assembleia Municipal, só se pode efectivar, caso estas estejam presentes. Face à possibilidade de serem pessoas de fora da Assembleia, considera que a prestação de contas ficaria mais complicada. Assim, na sua opinião, dever-se-iam nomear pessoas da Assembleia Municipal, que substituam as que já cá não estão, ou que se encontram em outros cargos, nomeadamente, a Senhora Vereadora Arminda Martins que está hoje na Câmara e que era colega na Assembleia Municipal. Propõe pois que se mudem as pessoas, mantendo a regra de representação global da Assembleia, ou seja, que todas as forças políticas representadas tenham figuração nesta Comissão. Nesta medida, sugere que o Partido Socialista apresente dois membros, que o Partido Social Democrata um e que a Coligação Democrática Unitária apresente também um membro nomeado, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Se houvesse votação institucional pelo método de Hondt, a CDU não teria representação na Comissão, assim sendo, o Partido Socialista cede, com gosto, o lugar do membro que seria eleito pelo método de Hondt à CDU. Podendo assim, se os partidos acharem por bem, proceder-se à nomeação dos membros. Afirmou que o Partido Socialista, nomeará nesta Assembleia, os seus membros, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que concorda com o facto de não haver necessidade de se proceder a votação pela regra do método de Hondt, estando também em condições de sugerir um nome para integrar a Comissão. Considerou que, mais do que ser um membro, ou não, desta Assembleia Municipal, os nomeados devem ser pessoas competentes capazes de contribuírem de modo construtivo para que esta Comissão funcione. Conforme o exposto há quatro anos, as pessoas depois de eleitas não são representantes de um partido, mas de uma comunidade em prol da qual devem trabalhar activamente. Portanto, o interveniente acha que não é indispensável que as pessoas a eleger sejam membros desta Assembleia Municipal. Deveriam ser os representantes dos outros organismos externos, a ter o apanágio de vir a esta Assembleia, como diz o seu Regimento, transmitir o ponto de situação do seu trabalho. Considerou também, para esta Comissão, como se tratam de situações muito complicadas, estas não deveriam ser abordadas nesta Assembleia. Nesta medida, o próprio não vê qualquer problema em ser nomeada uma pessoa fora do grupo dos membros da Assembleia. É intenção do PSD, nomear uma pessoa, que actualmente, não faz parte desta Assembleia, mas que foi eleita há quatro anos e que, na sua opinião, tem competências e características para fazer um óptimo trabalho no lugar para o qual irá ser indigitado. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para propor o nome do Senhor José Cadete Joaquim, membro da Assembleia da anterior legislatura, sendo, na sua opinião, uma pessoa com o perfil adequado, idónea e sem qualquer suspeita.

- O Senhor Presidente da Mesa recebeu a proposta do Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade e a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

O Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal nomeie novos membros para a CPCJ e que a constituição da sua representação seja feita do seguinte modo: ----------

- 2 membros indicados pelo Partido Socialista (PS) ----------

- 1 membro indicado pelo Partido Social Democrata (PSD) ----------

- 1 membro indicado pela Coligação Democrática Unitária (CDU) ----------

O Partido Socialista indica desde já os seus representantes nas pessoas das Sras.: ----------

a) Dra. Joana Margarida Figueiredo Luís ----------

b) Dra. Sandra Isabel Ferreira Carvalho ----------

Pelo Partido Socialista, ----------

Rui Manuel Leal Marqueiro ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para apresentar o nome do Senhor Teodomiro António Seabra Pinto como representante indicado pelo Partido Social Democrata. ----------

Assim, os nomes eleitos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens são: ----------

Joana Margarida Figueiredo Luís ----------

Sandra Isabel Ferreira Carvalho ----------

Teodomiro António Seabra Pinto----------

José Cadete Joaquim ----------

7 – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MMEALHADA: - O Senhor Presidente da Mesa deu a

palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo este passado a palavra ao Senhor Vereador José Calhoa. ----------
- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa, começando por saudar todos os membros presentes e desejar que o trabalho seja profícuo. Referiu que este Regulamento já estava preparado a algum tempo, tendo sofrido dois adiamentos e, com a lei que saiu hoje, sofreu o terceiro mas, o trabalho esteve pronto a tempo e horas. Referiu também que o Regulamento veio junto com a tabela de taxas, foi uma norma que esta casa sempre utilizou e não havia razão para a alterar. Tal como nas taxas da tabela administrativa, contaram com a ajuda preciosa do Senhor Pedro Mota e Costa, aproveitando a sua longa experiência e o seu saber, uma vez que, tiveram de decompor este processo em vários factores com as contingências que a lei obriga. O interveniente agradeceu a presença da Senhora Chefe de Divisão Margarida Costa que estará disponível para qualquer esclarecimento técnico. Tendo assim, esta Assembleia, dois ilustres oradores e sabedores, nesta matéria, que poderão ajudar em algum esclarecimento. ----------
- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para elogiar este trabalho complexo e difícil, referiu que se verificou que houve o cuidado de ter em conta uma série infindável de leis e decretos-lei. Referiu também que sabe que ao elaborar este documento, passo a citar: *" ficou a sensação de trabalhar muito e, provavelmente, já nos vão alterar isto..."*, porque já se sabe que há um decreto-lei que vai alterar o regime jurídico de urbanização e edificação que, em princípio, sairá no final de Janeiro. O interveniente referiu também que a Câmara Municipal tem azar neste aspecto, uma vez que, no final do mandato anterior, foi aprovado o fornecimento de água e, dias depois, saiu uma lei a alterar. Agora vem este regulamento e vai sair uma lei a alterar o regime jurídico. Mencionou também que é um trabalho que muito aprecia, uma vez que, enquanto Presidente da Câmara Municipal, teve oportunidade de lidar com estas matérias, embora nessa altura, felizmente, fossem menos complexas. Referiu que gostaria de deixar um elogio, quer ao Dr. Pedro Mota e Costa, quer à Chefe de Divisão, demais juristas e aos restantes funcionários que trabalharam na elaboração deste documento. Enaltecendo também, uma vez que o próprio já foi ligado a questões públicas, que este é o melhor conjunto de funcionários que já viu na Administração Pública. ----------
- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que foi entregue, a todos os membros, uma folha com uma correcção relativamente a existência de uma gralha numa fórmula, nomeadamente na página 66 do Regulamento, onde houve um erro de transcrição. ----------
- O Presidente da Mesa colocou á votação o Projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Mealhada e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

8 – ORÇAMENTO MUNICIPAL E OPÇÕES DE PLANO PARA O ANO DE 2010: - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo este passado a palavra à Senhora Vereadora. ----------
- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro para referir que o Orçamento Municipal e Opções de Plano para 2010, apresentado pelo executivo camarário, visa dar corpo às linhas estratégicas do desenvolvimento do Concelho propostos no programa de acção para este mandato. Mencionou

que, tal como é referido na nota introdutória, este documento define linhas orientadoras e abre caminho para concretizar e realizar os seus objectivos, dá seguimento à estratégia de desenvolvimento do Concelho que foi traçado, há já alguns anos, e, dá-lhe corpo. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro, que começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores e felicitou-os pela eleição, saudou o facto de ter recebido atempadamente os documentos, esperando que esta atitude se mantenha. Relativamente ao plano de actividades e orçamento, o interveniente referiu que gostaria de aproveitar para lançar um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, mencionando que já existem cerca de vinte e cinco municípios com orçamentos com uma forte base participativa dos seus cidadãos. Querendo com isto dizer que, na sua opinião, a participação de instituições e dos cidadãos, evidentemente com alguns limites, seria a todos os níveis, interessante e proveitosa na elaboração deste documento. No que diz respeito ao próprio plano de actividades e orçamento, referiu que existe uma situação no orçamento que lhe causou alguma surpresa, mencionando que, na sua opinião, o município terá um depósito a prazo com cerca de cinco milhões de euros, uma vez que, encontrou na rubrica das taxas de juro o valor de cinquenta mil euros. O interveniente justificou esta dedução, referindo que visitou o site da Caixa Geral de Depósitos e que lá consta a informação de que para valores acima dos cinquenta mil euros, as taxas são de um por cento líquidas e assim sendo, fazendo as contas, para haver cinquenta mil euros de juros, terão que haver cerca de cinco milhões de euros em depósitos. Referiu também que não encontra explicação para tal facto, uma vez que, tal como foi referido há pouco pelo Senhor Rui Marqueiro, tendo em conta o diferencial entre o que foi pago durante o ano de 2009 até quinze de Dezembro, que foram treze milhões e trezentos mil euros, e o cobrado, que foram catorze milhões e seiscentos e noventa mil euros, dá aproximadamente, um milhão e trezentos mil euros, devendo ser este o saldo de tesouraria do próximo ano, ou então, haveria um saldo anterior de três milhões e quatrocentos mil euros. Mencionou também que, acreditando nestas contas e nestes valores e sabendo todos a situação em que nos encontramos no País, na sua opinião, relativamente à rubrica da derrama, onde prevê a cobrança de setecentos e setenta e um mil euros, seria um bom sinal isentar as empresas, pelo menos durante um ano, mostrando assim a preocupação que a Câmara tem com o as empresas. Relativamente à despesa, mencionou que se prevê gastar com iluminação pública cerca de duzentos e oitenta mil euros e, comparando este valor com o valor da receita cobrada até ao de quinze de Dezembro de 2009, é 2% desta receita, se compare-mos com o valor orçamentado para o próximo ano, este valor é de 1,5% do orçamentado. Tendo em conta o exposto, o interveniente concluiu que este valor é francamente alto e que a Câmara deve chamar a atenção da EDP, porque é frequente encontrar iluminação pública acesa durante o dia e isso, deve-se ao facto de haver deficiências do equipamento ou outro tipo de situações desconhecidas. Por outro lado, o interveniente referiu que seria altura de começar a pensar, e já se deveria ter feito isso no Parque da Cidade, na utilização de focos Led, que hoje muitos municípios o fazem, que são caros na instalação, mas francamente compensadores, quer na durabilidade do equipamento, quer no consumo energético. Referiu que gostaria de ver tratada de forma clara a questões dos pequenos parques industriais, não indo tão longe como o Partido Socialista,

que colocou no seu programa eleitoral, criar um em cada freguesia mas, pequenos parques industriais onde os lotes sejam a preços acessíveis e com áreas também adequadas a pequenas e médias empresas, algumas das quais micro empresas. Estas têm grande dificuldade em se expandir e criar emprego, porque não conseguem sair das suas aldeias. Sublinhou o quanto as micro, pequenas e médias empresas têm sido o suporte para o tecido empresarial português, e europeu, que representam 87,3% do tecido empresarial europeu. Neste sentido, referiu que seria importante estimula-las e que os preços dos parques industriais do Concelho são proibitivos para estas pequenas empresas. Referiu também que conhece o Regulamento do Parque Industrial da Pedrulha e que este não prevê a venda de lotes nem de lotes edificados. Neste sentido, questionou a existência de armazéns com uma placa "Vende-se", na entrada do Parque Industrial. Relativamente ao Finicia, o interveniente referiu que vê com agrado esta questão mas que é pouco, na medida que já se realizou uma reunião com a Doutora Osória, do IAPMEI, há mais de um ano e não há avanços. Salientou que as pequenas e médias empresas precisam dele e que o estímulo ao pequeno empreendedorismo é fundamental. Mencionou que gostaria de ver, num dos futuros Parques Industriais, a criação de um espaço essencialmente dedicado a parcerias que se poderiam efectuar com dois ou três pólos universitários, nomeadamente Aveiro, Beira Interior e Coimbra. Conseguindo, face à localização geográfica do Concelho, que jovens em pós-licenciatura fizessem os seus estágios no Concelho da Mealhada e desenvolvessem no município, alguns clusters de negócios. Para concluir, o interveniente referiu que gostaria de saber se no próximo verão, a área termal do Luso, estará em funcionamento e se os comerciantes do Luso deixarão de ter razão, uma vez que tanto se queixam das termas não estarem a funcionar. -- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir, sobre o assunto das termas, que não era a altura indicada para falar nele, uma vez que não tem reflexo no orçamento, nem a Câmara vai investir na revitalização das termas do Luso, na medida em que o investimento é privado. A Sociedade Águas do Luso tem informado esta Câmara de que, no próximo Verão, as termas estarão a funcionar, pelo menos, o sector tradicional das termas Relativamente à questão do Finicia, referiu que continuam a existir algumas dúvidas e não há clareza sobre a legalidade do investimento por parte da Câmara, neste tipo de programa. Referiu ainda que se alguém cometer alguma ilegalidade, é a Câmara que a comete e não a Administração Pública. Referiu também que o euro indicado na rubrica do Finicia é para que ela se mantenha aberta. Mas reforçou que o programa é de legalidade duvidosa, uma vez que a Câmara passará a ser como que uma instituição de crédito, função que não está claramente atribuída às autarquias. Mas para que a dúvida fique esclarecida, a rubrica não foi esquecida. Informou que, há mais de um ano que a Câmara está a trabalhar nesta área, nomeadamente com a ACIM, não querendo de modo algum eliminar esta questão. Relativamente ao orçamento participativo, o interveniente referiu que sabe que existem vinte e tal Câmaras com o chamado orçamento participativo. A Câmara da Mealhada tem uma coisa importante, que é um contacto permanente e directo com as Juntas de Freguesia, nomeadamente junto dos seus Presidentes. Mencionou também que o orçamento participativo está na moda e que a Câmara também lá chegará e sabe como se fazem os orçamentos participativos. Basta olhar para o mapa, para ver como as coisas são feitas em determinados municípios. Talvez, num

futuro próximo, o Concelho da Mealhada também tenha um orçamento participativo. Mas alertou para a dificuldade em coordenar, pois o orçamento participativo é uma verba atribuída a associações com rubrica orçamental e estas discutiram como é que distribuiriam as verbas entre elas. Actualmente a Câmara tem normas, que foram elaboradas pelas associações e, no primeiro ano, houveram reclamações das normas que elas próprias definiram. Reforçou que o orçamento participativo é importante, mas é preciso dar passos seguros.
- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro, respondendo à intervenção do Senhor Carlos Pinheiro, relativamente ao assunto dos juros. Referiu que existem regras para a elaboração do orçamento que têm que ser cumpridas e dos dados até Outubro de 2009, a Câmara tinha sessenta e três mil euros de juros, que daria uma média de cento e cinquenta mil euros. Como conhece bem a realidade da Câmara, não foram para média, que era aquilo que deveriam ter feito. De seguida referiu que têm consciência de que a Câmara Municipal da Mealhada, continuou a fazer obra de grande monta e a pagar, sinal que a Câmara tinha dinheiro e o utilizou. Nesta altura, não têm o dinheiro que esperariam ter, dando o exemplo do QREN, que só agora começaram a analisar as candidaturas. Relativamente à questão da iluminação pública, referiu que a Câmara formalizou um protocolo com a EDP, no sentido de mudar todos os sistemas de iluminação pública e rever o sistema de relógios. Referiu que a EDP vai colocar relógios em todas as freguesias, principalmente nas zonas que têm maior consumo energético. Relativamente ao Parque da Cidade, disse que na altura havia uma adjudicação e que cumpriram com o estipulado, tendo conhecimento de que são situações que poderão ser alteradas. As obras que decorrem, já têm isso em atenção, inclusivamente, em termos dos equipamentos escolares, é a EDP que controla os consumos. Referiu também que fizeram uma candidatura para todas as escolas do Concelho, onde a EDP vai substituir o sistema de iluminação e informou da existência de um programa nacional onde os primeiros candidatos terão essa possibilidade. Disse ainda, que a Câmara está salvaguardada, relativamente aos equipamentos escolares, uma vez que já fez a candidatura. Mencionou novamente que já foi efectuado o protocolo com a EDP no sentido de colocar os relógios. Referiu também que agora a preocupação, neste novo ciclo, é de gerir este outro tipo de investimentos para os quais, têm que se fazer muitas contas. Tendo em conta aquilo que o Senhor Rui Marqueiro disse relativamente às taxas, mencionou que ainda estão na fase em que podem facilitar e sacrificar, mas têm que começar a pensar nisso, porque a qualidade de vida paga-se. Referiu ainda que, relativamente às novas urbanizações, aquando do loteamento, é necessária a instalação da iluminação pública e acontece que existem vários loteamentos onde a iluminação não é necessária. Nesta medida, a Câmara pede à EDP para que seja retirada e eles dizem que não podem. Relativamente ao Parque Industrial da Pedrulha, referiu que os armazéns já foram vendidos e já estão ocupados. Quanto à criação do espaço, referiu que no orçamento está já prevista a criação de um Centro de Negócios nos lotes que vão ter na Zona Industrial da Pedrulha, mesmo que na rubrica apenas conste um euro, o que importa, é que está prevista. Informou que já têm um projecto-piloto na área da logística e referiu ainda que é intenção avançar com o Centro de Negócios já este ano. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para referir que, relativamente ao orçamento participativo e ao projecto Finicia, gostou da intervenção do

Senhor Carlos Pinheiro e da resposta do Senhor Presidente da Câmara. Este, não fechou a porta a nenhum dos projectos depreendendo que, até ao final deste mandato, é possível iniciar o processo de um orçamento participativo. O Professor Boaventura Sousa Santos foi um dos primeiros em Portugal a debater este assunto, que como se sabe, começou em Porto Alegre, no Brasil. Na sua opinião, é interessante que a Câmara possa avançar devagar, que é algo complicado, mas possível de fazer. Relativamente ao projecto Finicia, referiu que ultrapassadas as questões legais, que houveram Câmaras que andaram mais depressa do que deviam, e, agora, estão a ter alguns problemas, outras que começaram mais tarde e já arrancaram melhor. A Câmara da Mealhada pode aprender com estas primeiras Câmaras. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Manuel Jacinto, começando por cumprimentar todos os presentes e felicitou, nomeadamente, a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Camarário e, em particular, o Senhor Rui Marqueiro, Presidente do Partido Socialista da Mealhada, pela vitória redundante nas eleições, o que aumentou o número de elementos do Partido Socialista na Assembleia Municipal. Manifestou também o desejo de que esta sessão fosse no salão Nobre da Câmara Municipal. O interveniente começou por referir que, os programas televisivos que sobressaíram mais, na época natalícia, foram aqueles em que os jornalistas faziam aquelas perguntas às crianças de qual era o seu desejo para o ano novo 2010. Ao contrário do que acontecia em anos anteriores, em que as respostas eram paz, amor, o fim da guerra, etc., várias responderam que gostariam que a crise acabasse. Na sua opinião, estas respostas das crianças são fruto de ouvirem os pais, os professores falarem em crise, ordenados em atraso, desemprego, etc. Neste sentido, o mesmo considera que se deve procurar entender este Executivo, bem como os elementos da oposição para que, nestes quatro anos, não se faça sentir tanto, a crise que se prevê que se venha a agudizar no ano de 2010, no Concelho da Mealhada. Apelou assim à colaboração, moderação, elevação e ao exemplo, para um futuro melhor. Ao contrário dos colegas de bancada que receberam a papelada a tempo e horas, o interveniente referiu que apenas teve conhecimento da mesma no dia anterior à tarde. Teve oportunidade de dar uma vista de olhos à previsão das obras que se irão realizar, não se sentindo diminuído com a previsão feita porque, tal como o seu falecido pai dizia "é preferível fazer pouco e bem feito do que muito e mal feito". As pessoas são conhecidas, não pelo muito que fazem, mas sim pelo pouco e bem feito. Referiu também, que poder-se-ia dizer que haveriam mais coisas para fazer, mas na sua opinião, se as obras previstas forem bem feitas, se a Câmara for receptiva a sugestões e todos contribuírem para o beneficio do Concelho da Mealhada, então este documento deve merecer a aprovação dos membros. O interveniente disse que, os meninos que vão para a escola, do lado de Sernadelo, não têm um passeio e o outro está num estado miserável. Assim, este apela a que se façam passeios para os meninos das localidades de Sernadelo e da Póvoa da Mealhada, irem para a escola em segurança. Felicitou ainda, a Câmara pelo arruamento envolvente e pelo parque de estacionamento, junto do cemitério da Mealhada. Por outro lado, verificou que algumas pessoas que compram as campas, particularmente os jazigos, não cuidam dos mesmos. Chamou a atenção do Senhor Vereador responsável pelos cemitérios para verificar o estado dos jazigos, no sentido de

responsabilizar os donos, pela sua manutenção. Por fim, o interveniente solicitou a resolução célere do problema do Mercado Municipal. ----------
- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro para esclarecer que a questão dos passeios na Póvoa da Mealhada e Sernadelo já está prevista, encontrando-se os projectos em curso, prevendo uma ciclovia. Relativamente ao cemitério, mencionou que, quando era responsável por esta questão, foram envidas muitas cartas registadas com aviso de recepção no sentido de resolver o problema. Verificaram todavia, não ter qualquer instrumento legal, que permita retirar os jazigos aos proprietários menos zelosos. Referiu que esta questão mexe com sentimentos e crenças e que qualquer chamada de atenção pode ser mal interpretada. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para referir que a Assembleia Municipal não foi convocada para os Paços do Concelho, como é intenção do próprio e faz parte do seu programa, porque as pessoas que têm dificuldade de locomoção, não têm acesso ao Salão Nobre da Câmara Municipal. Referiu também que, assim que esta situação se encontre colmatada e tenha condições para os receber, terá todo o gosto em ter a presença do Senhor Manuel Jacinto nessa sessão da Assembleia. ----------
- Interveio o Senhor Guilherme Duarte, cumprimentando todos os presentes e saudando o Senhor Presidente da Mesa pela forma calma e tranquila como tem conduzido os trabalhos desta sessão. Citou, de seguida, o documento relativo ao Orçamento e Opções de Plano, que a seguir se transcreve: ----------
" Estamos perante dois documentos, o Orçamento e as Grandes Opções de Plano, que reflectem com coerência e fidelidade, já neste primeiro ano de exercício de um mandato de quatro anos (que não nos podemos esquecer), o Programa Eleitoral com o qual o Partido Socialista se apresentou aos eleitores e que estes sufragaram de forma categórica nas últimas eleições autárquicas. - É a satisfação desse compromisso eleitoral que, a bancada do PS e os munícipes em geral, esperam deste executivo. ----------
Considerando que 2010 será apenas o primeiro passo nesse sentido, pela nossa parte não deixaremos, tal como nos compete, de acompanhar, aconselhar e porque não fiscalizar a sua realização, e assim garantir o seu comprimento no final do mandato. ----------
Analisando: ----------
No Orçamento de 2010, aponta-se para o arranque imediato e para a sua concretização no curto prazo, de algumas prioridades do nosso Programa. ------
De igual modo, nas Grandes Opções do Plano para 2010 e na sua projecção até 2013, inscrevem-se já sinais claros de um compromisso de execução faseada ao longo do exercício, daquelas que foram as grandes orientações programáticas anunciadas pelo Partido Socialista. ----------
Registamos e lembramos apenas alguns exemplos que testemunham esta realidade e que hão-de dar suporte a uma estratégia há muito definida: ----------
- na educação, a conclusão do Centro Educativo da Pampilhosa e o lançamento dos Centros Educativos da Mealhada, do Luso concretizando-se assim alguns dos resultados da Carta Educativa do Concelho, aprovada por esta Assembleia; poderemos referir igualmente o investimento no Programa de Desenvolvimento Pré-escolar; ----------
- na habitação social, a conclusão do projecto de remodelação do Bairro Social do Canedo e, no futuro próximo, a intervenção com o mesmo sentido no Bairro da Póvoa; ----------

- no desporto, no recreio e lazer, fica clara a constituição de uma política de cobertura do concelho, com a construção de novas instalações e equipamentos e a melhoria dos existentes, de que são bons exemplos: a conclusão do arranjo da envolvente da Zona Desportiva da Mealhada; as novas instalações de apoio ao Parque da Cidade; para não falarmos da inscrição de dois projectos que visam dotar a Pampilhosa com uma Piscina Municipal e proceder à ampliação da Piscina do Luso; ----------

- na requalificação urbana, podemos falar de investimento um pouco por todo o concelho: a começar pela sua sede, com a requalificação da Av. Manuel Lousada, e a passagem hidráulica na Rua Dr. Américo Couto; a requalificação em Casal Comba, mas também em pequenos lugares como Arinhos, Várzeas, por exemplo, com continuação aliás do que já foi feito anteriormente, na Antes, no Pego, em Cavaleiros, citando apenas alguns casos de memória...; ----------

- no ambiente, com o reforço de uma cobertura de pontos de recolha e reciclagem de lixos, já de si bastante alargada; e dando continuidade ao excelente trabalho que a nossa câmara tem vindo a fazer neste domínio; --------

- nas acessibilidades, com a recuperação do Pontão de Várzeas, repavimentações várias no concelho, novas ligações e arruamentos; ----------

Escolhemos apenas pequenos/grandes exemplos, mas poderíamos referir muitas outras realidades que vão no sentido de atrair mais riqueza, responder ao drama do desemprego, e melhorar significativamente a vida e a segurança das pessoas que aqui vivem, atraindo muitas outras à procura de bons lugares para trabalhar, investir e viver. ----------

Em resumo, estamos perante um Orçamento ambicioso quanto baste, face às necessidades mais prementes das populações e às capacidades reais e objectivas do Município, na actual conjuntura internacional desfavorável. --------

Ao mesmo tempo, estamos perante um Orçamento suficientemente cauteloso e realista, que é a imagem de marca de um executivo que já deu provas bastantes, de nunca dar o passo mais largo que a perna, e digno de um Partido que só promete aquilo que seguramente e sem deslumbramentos sabe que pode cumprir. ----------

São estas as razões que nos farão votar favoravelmente com responsabilidade e a consciência tranquila, este Orçamento e as Grandes Opções de Plano para 2010. ----------

(A Bancada do Partido Socialista) ----------

- Interveio o Senhor António Neves para realçar o interesse do projecto do orçamento participativo. Este recolheu alguma informação, contactando a Câmara de Palmela, que tem um orçamento participativo, de cinquenta e cinco milhões de euros. Considera ser um projecto ainda com pouca adesão em Portugal, tal como foi referido pelo Senhor Presidente da Mesa. Começou em Porto Alegre, no Brasil, e estende-se também por alguns países da América do Sul. Reconheceu que é um projecto que exige muito trabalho no terreno, que obriga a contactos permanentes com as colectividades, grupos de cidadãos, etc. Reiterou que, na sua opinião, este projecto é, de facto, muito interessante.

- O Senhor Rui Marqueiro tomou a palavra para referir que é contra o orçamento participativo, uma vez que com 10% do orçamento, a Câmara Municipal de Mealhada não consegue fazer grande obra. Nesta medida, se a Câmara tivesse um orçamento de, por exemplo cem milhões de euros, a ideia de um orçamento participativo seria excelente, mas na sua situação actual, o dito orçamento não trará qualquer mais valia para o Concelho. Salientou,

também, que neste momento, o modelo actual, que está implementado pela Câmara, ou seja, o contacto permanente com as Juntas de Freguesia, é a melhor forma de gestão do erário público. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, e pegando nas palavras do Senhor Rui Marqueiro, disse que o que se ouviu mais no Congresso da Associação Nacional de Município foi a palavra "burladas". Existe, um sentimento de revolta junto dos autarcas, particularmente, os Presidentes de Câmara, na medida em que o Governo vai transferindo competências e apertando os recursos. Assim, a questão económico-financeira dos municípios agrava-se ainda mais. ----------
- Interveio o Senhor José Felgueiras para referir que tem dificuldade em entender algumas das intervenções das Assembleias. Sendo este órgão, um órgão deliberativo e não um órgão executivo, na sua opinião, as populações é que deviam, fazer esse contacto, através dos Presidentes de Junta, evitando a perda de horas em discussões, muitas vezes, estéreis. De seguida, o interveniente, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, questionou a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro sobre o local, da construção da ciclovia na Póvoa da Mealhada. Informou que, a população da Póvoa da Mealhada, o questiona frequentemente, sobre algumas das obras que se encontram por realizar. Referiu que existe, inclusivamente, um abaixo-assinado, encabeçado por ele próprio, relativamente às passadeiras. Pediu para que não se façam passadeiras, como a que foi colocada na Rua Dr. António Dias dos Santos, mais conhecida como Rua da Tia Alzira. Finalmente, referiu que a Junta de Freguesia, prevê refazer os passeios mencionados pelo Senhor Manuel Jacinto, pois estes, já existem. Fica a aguardar a resposta da Senhora Vereadora Filomena Pinheiro, sobre a localização dos contentores e sobre a facilidade de pagamento do ramal da rede eléctrica que se inicia junto à clínica e vai até aos tanques de Sernadelo. ----------
- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa, que em relação à rede eléctrica, falaria pessoalmente com o Senhor José Felgueiras. ----------
- A Senhora Vereadora Filomena Pinheiro disse ao Senhor José Felgueiras, que a ciclovia prevista, se situa entre a Rua dos Tanques e a Churrasqueira Rocha. ----------
- Interveio o Senhor Pedro Duarte, relativamente ao estrito cumprimento de regras previsionais, para referir que há um ano atrás, existiu um incidente referente às mesmas, aquando da discussão do Orçamento de 2009. Questionou o executivo municipal, quanto ao apuramento das receitas relativas a impostos municipais, por entender que se estava perante uma ilegalidade grosseira, isto, na forma do seu cálculo, para efeitos orçamentais. Recordou, conforme se certifica pela leitura da acta da Assembleia de 26 de Dezembro de 2008, onde a Senhora Vereadora Filomena reiterou, várias vezes, a estrita aplicação da regra previsional da alínea a) do 3.3.1 do POCAL, que determina a aplicação do cálculo da média anual, da receita cobrada nos vinte e quatro meses que antecedem a realização do orçamento. Afirmou que seria impossível, à Câmara Municipal, cumprir o referido princípio previsional. E, determinado a materializar o exposto, pediu informação escrita ao executivo, sobre a cobrança mensal dos vários impostos municipais desde 2005, de modo a aferir o cumprimento, ou não, da referida regra orçamental. De acordo com os dados disponibilizados, o interveniente confirmou que a Câmara e a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro das Finanças, violaram

inequivocamente, os princípios estabelecidos no POCAL para a elaboração do orçamento, pelo menos, entre 2005 e 2008, no tocante à previsão dos impostos municipais. Seguidamente perguntou, relativamente ao orçamento de 2010, se o executivo camarário não estaria a cometer o mesmo incumprimento, em particular no domínio do estado dos impostos, uma vez que, atendendo à redução da taxa de IMI, que foi levada a cabo na última Assembleia do mês de Setembro e de acordo com a regra provisional, terá que haver um ajustamento e, sobretudo, uma fundamentação para essa determinação. O interveniente quis confirmar, de acordo com a já referida regra, se foi previsto o valor exacto ou, se em contrapartida, foi determinado um valor inferior. Perguntou também, de acordo com o escalonamento da despesa prevista no orçamento para o ano de 2011, num valor superior a vinte e seis milhões de euros, ainda que este não reflicta a maioria das despesas correntes da autarquia, nomeadamente com despesas de pessoal, como é que o executivo fundamenta o programa desta dimensão, para o ano de 2011. Nesta medida, questionou se o financiamento deste montante estará associado a um aumento dos impostos em 2011, se haverá a contratualização de um empréstimo de grande valor, ou se haverá outra forma de financiamento. Perguntou ainda qual a forma como são materializados e contabilizados os apoios da área social, excluindo os apoios referentes à recuperação dos fogos de habitação social, uma vez que não lhe é perceptível no orçamento. Desejou perceber qual o volume e qual o tipo de concretização, questionando se existe algum tipo de Regulamento específico para o efeito, dado que o interveniente não encontrou qualquer informação relativa ao mesmo. ----------

- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro para esclarecer que, relativamente às regras previsionais, o executivo está a cumprir escrupulosamente a lei e que está a aplicar as regras que lhes são impostas. No que concerne ao escalonamento para 2011, referiu que existem rubricas de despesas de investimento no orçamento, mas que ainda não estão lançadas. Como não está previsto o valor de execução, o que interessa é abrir a rubrica, dotá-las de valor suficiente para poder executar a obra. É necessário passar o montante do investimento previsto para os anos seguintes e, à medida que vai sendo necessário o reforço do orçamento, quer através de revisões orçamentais, quer através das alterações orçamentais, o volume do orçamento para o ano de 2011 vai mudando de figura. Disse também que o volume do orçamento sobrecarregou no ano de 2011, porque acredita que muitas das obras serão avançadas durante o ano de 2010. Estas não têm a segurança, nem o orçamento e, as regras permitem, elencar uma série de investimentos quando as candidaturas ainda não estão aprovadas. No que diz respeito aos apoios da acção social, a interveniente referiu que é óbvio o facto de o executivo não gostar de fazer bandeira com as intervenções na área social, porque já basta o sofrimento das famílias que aceitam e necessitam deste apoio. Mencionou que o executivo adjudicou empreitadas para requalificar casas, estando demonstradas na conta de gerência e não podendo fazer manchete de jornal deste tipo de acção. Disse ainda que não é essa a maneira do executivo estar na política, nem é essa a maneira do executivo agir. Mais, disse que a acção social tem um peso e significado muito grande, devendo o executivo acorrer às necessidades das famílias e não, vangloriar-se disso. Enquanto existirem famílias que necessitem que o erário público requalifique as suas habitações, é porque a sociedade não é assim tão aberta, voluntária e

disponível, que intervenha e evite este tipo de situações. Antes de se ter um orçamento participativo, deveria haver uma sociedade mais participativa, com cidadania activa, voluntariado a sério, porque todos devem cooperar. ----------
- O Senhor Pedro Duarte, considerando a resposta da Senhora Vereadora Filomena Pinheiro incrível, justificou que fazendo as contas com base nos elementos que o executivo forneceu, confirma-se que de forma alguma foi dado o cumprimento das regras nos anos anteriores, tendo mencionado que o que foi dito pela Senhora Vereadora era inteiramente falso e que teria todo o gosto em comprovar o porquê. Referiu também que não foi dada resposta às questões colocadas, nomeadamente se, tendo em conta o volume de despesa para o ano de 2011, haveria ou não um aumento de impostos nesse ano e se estaria previsto a contratualização de empréstimos, a fim de financiar o volume da despesa referida, assim como foram mencionadas as candidaturas ao QREN, que têm sido adiadas. Quanto à questão da acção social, questionou se o executivo acharia conveniente haver um regulamento relativo à requalificação de prédios habitacionais, pois existem vários municípios que têm regulamentos devidamente fundamentados e estruturados, algo que não existe no município de Mealhada. Mencionou também que não está, de forma alguma, a pôr em causa as necessidades prementes de alguns munícipes, mas sim a ver o enquadramento devido, em particular no orçamento e na criação de um regulamento específico para o efeito, onde não se está a incluir a habitação social que foi mencionada, reforçando que não se sentiu minimamente respondido quanto às questões colocadas. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para referir que, relativamente à elaboração do orçamento de 2010, acredita terem sido cumpridas todas as regras, como foi mencionado pela Senhora Vereadora Filomena. Olhando para o articulado e lembrando o que viu na execução da informação do Senhor Presidente da Câmara e nas anotações do orçamento, elas são, em alguns casos iguais, ou até inferiores à que foi arrecadada no orçamento de 2009. O orçamento está dentro da média, se esta for feita em vinte e quatro meses. Referiu também que a Câmara é cuidadosa, porque poderia aumentar as anotações dos fundos transferidos e não o fez, revelando uma prudência enorme. Continuou referindo que o Senhor Pedro Duarte contestou a previsão orçamental para o ano de 2011, no valor de vinte e seis milhões de euros, mas, na sua opinião, o planeamento do orçamento é flexível, sendo o mais importante o seu cumprimento no final dos quatro mandatos. Salientou que se está no domínio das previsões e, tanto o Senhor Pedro Duarte, como o executivo, não podem dizer se é ou não possível cumprir o previsto. De seguida, o interveniente, para reforçar o que expôs, deu o exemplo da técnica de abertura de rubricas com um euro, referindo que e a abertura destas rubricas não é nenhum disparate, uma vez que estas permitem a abertura de concursos, mesmo, o que faz toda a diferença no planeamento das obras públicas. Concluindo a sua intervenção, mencionando que, quando se joga o desenvolvimento desta terra, se o executivo conseguir desenvolver candidaturas e se as conseguir patrocinar, o Concelho desenvolver-se-á com rapidez. As regras previsionais só são importantes no apuramento da legalidade, mas, na sua opinião, não é um ângulo de ataque a este orçamento.

- Interveio o Senhor Mano Soares para fazer uma chamada de atenção, referindo que o PSD é constantemente acusado de não dar ideias, nem de

fazer propostas e, sublinhou que nesta sessão já foram feitas várias propostas por elementos do PSD, nomeadamente, a proposta do Senhor Carlos Pinheiro, que propôs que se poupasse energia eléctrica com a simples substituição das lâmpadas, o que já estava previsto pelo executivo. Sugeriu o recurso ao programa Finicia, a fim de se obterem verbas para determinadas finalidades e sugeriu também a criação de clusters nas zonas industriais, em colaboração com as universidades circundantes, onde se desenvolveriam várias actividades científicas. O Senhor Manuel Jacinto sugeriu que a questão do Mercado Municipal fosse resolvida de vez e, sugeriu também, a construção de passeios para os meninos da Póvoa da Mealhada e de Sernadelo, a caminho das escolas secundárias da Mealhada. Ele próprio sugeriu a construção de um canil municipal e a contratação de um veterinário, querendo com isto dizer que o PSD não pode ser acusado de não apresentar propostas. Mudando de assunto, o interveniente referiu-se ao peso que o executivo socialista dá às questões sociais no orçamento, onde a rubrica da acção social, foi a que teve menor verba atribuída no orçamento. Com excepção dos quinhentos e trinta mil euros para o Bairro Social do Canedo, o restante, resume-se a cento e dez mil euros. Outra área com baixa dotação é a área do saneamento, que está contemplada com cento e trinta e três mil euros. O interveniente referiu que, quando falou sobre este assunto na Assembleia do ano anterior, não percebeu o discurso proferido pela Senhora Vereadora Filomena Pinheiro e, nesta medida, releu a acta dessa mesma Assembleia, continuando sem perceber o que foi proferido pela mesma, tendo de seguida, citado parte da acta dessa Assembleia, referente à intervenção da Senhora Vereadora Filomena Pinheiro. O interveniente partilha da filosofia que foi expressa pela mesma, mencionando de seguida que, no lugar da Senhora Vereadora, se iria sentir numa posição desconfortável a gerir estes dinheiros. Porque, o dinheiro para reconstruir as casas deveria sair do capítulo da acção social e como este não está lá mencionado, ele terá que sair de algum lado. Salientou que não está dizer que a Senhora Vereadora esteja alegadamente a cometer alguma ilegalidade e, provavelmente, é ignorância sua por saber muito pouco sobre orçamentos. O interveniente referiu também que leu uma intervenção do Senhor Júlio Penetra, dessa mesma Assembleia, onde este recomendou, que deveria ser elaborado um plano de contingência dirigido às dificuldades sociais e económicas que se poderiam abater sobre as famílias e as empresas, no ano de 2009. Referiu ainda, que a Senhora Arminda, no debate da Câmara do orçamento e plano, tinha afirmado que a Câmara tinha um gabinete de acção social exemplar e que, no terreno e com um pouco mais de recursos, pode aliviar muitas das situações, onde não se pode actuar. Nesta medida, sendo o gabinete de acção social exemplar, não seria difícil ir para o terreno fazer um levantamento das necessidades existentes no Concelho, para que se possa fazer um orçamento, e estipular uma verba que seja incluída na acção social. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que não tem qualquer objecção à instalação da iluminação pública, mas sim, em relação ao valor que a Câmara entrega por ano à EDP. Sendo este valor pouco mais de metade do que recebe de renda, ou seja, entrega duzentos e oitenta mil euros e recebe quinhentos e cinquenta e cinco mil euros por ano. Quanto à instalação dos leds, estes podem reduzir o valor a pagar, de uma forma significativa. Referiu também que, o orçamento participativo é um modo de envolver mais as pessoas e combater abstenção crescente nas eleições. Relativamente à

construção dos novos Paços do Concelho, prevista para os anos de 2010 a 2012, pensa que seria de repensar a sua construção uma vez que se prevêem cortes nas verbas para os municípios, aliás como referiu recentemente o Prof. Daniel Bessa. Da obra que sejam criadas parcerias publico-privadas, novas ideias e concepções onde se possa rentabilizar o espaço público baixando assim os custos de construção. Sugeriu também que haja uma discussão mais cuidada e aberta, podendo assim haver uma maior envolvência da população para melhorar e engrandecer este Concelho. ----------

- O Presidente da Mesa procedeu à votação o Orçamento e Opções de Plano para o ano de 2010 e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor, um voto contra e seis abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para apresentar a seguinte declaração de voto: ----------

"Apesar de considerar-mos que poder-se-ía ir mais longe, não somente nas questões sociais, entendemos que a aprovação do orçamento é um instrumento fundamental do qual não nos podemos desligar. Dado que estão em causa as necessidades e anseios das populações, algumas das quais, urgentes. Verificamos com agrado que estão contidas neste documento algumas das nossas propostas, sendo que algumas datam do início da nossa participação ao abrigo do Estatuto da Oposição, iniciado há três anos. Outras propostas, apesar de, para 2010, terem uma dotação simbólica, fazemos votos para que não caiam no esquecimento e possam ser contempladas nos anos seguintes, principalmente as mais estruturantes para o Concelho. Foi deste modo que votámos a favor destes orçamento." ----------

- Tomou a palavra o Senhor Mano Soares, começando por confessar que tinha instruções da bancada, onde está inserido, para se abster na votação do orçamento, mas, à última da hora resolveu votar contra, por não se conformar quando um partido, que se diz socialista, trata assim a acção social. ----------

9 - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010 - PROPOSTA Nº7 / MANDATO 2009-2013: - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que é obrigatório, desde o ano anterior, que o Mapa de Pessoal acompanhe o Orçamento. Referiu que, nele se prevê o pessoal para o ano de 2010, em relação a todos os serviços. Referiu também que inclui, além do pessoal do quadro, os funcionários dos jardins-de-infância, 1º ciclo, ensino básico e professores das AEC, ou seja, toda uma série de funcionários, contratados e por contratar. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para solicitar duas informações, a primeira em relação ao funcionário que foi contratado para exercer as funções de veterinário municipal. Sobre este assunto, gostaria de saber se está para breve o término do contrato. A segunda é relativa a um concurso de mobilidade interna aberto pelo Executivo, para o lugar de técnico superior com a habilitação de licenciatura em Arquitectura. Isto na sequência da abertura do concurso no mesmo dia em que teria sido comunicada a não renovação do contrato da funcionária Inês Sacadura. O interveniente questionou se, ao abrigo deste concurso, foi ou não admitido e ocupado o posto de trabalho. ------

- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, relativamente ao lugar de médico veterinário, o contrato terminou e não foi renovado. Relativamente à

mobilidade interna para o cargo de arquitecto, o interveniente referiu que ninguém se mostrou interessado. ----------
- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para felicitar a Câmara pela elaboração do Mapa de Pessoal de excelência, ao contrário do que ocorreu no ano anterior. --
- O Senhor Presidente da Câmara informou que durante o ano de 2010, virá à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a reorganização dos serviços. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Mapa de Pessoal para o ano de 2010 – Proposta Nº 7 / Mandato 2009-2013 e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

10 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUEIAS: ---

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que a delegação de competências para as freguesias segue rigorosamente o que foi feito em anos anteriores, utilizando as percentagens que estão na legislação, relativamente á transferência de competências ou, transferência de verbas, do Estado para as Juntas de Freguesia. Mencionou que este critério não é obrigatório. Referiu também que não tem havido consenso na utilização deste critério e desafiou os Senhores Presidentes de Junta a irem conversando com a Câmara, durante este ano, para que no orçamento de 2011 fosse possível ter um critério mais justo. Chamou a atenção, como estão no início de mandato, que as Juntas de Freguesia terão de submeter, previamente, à aceitação das Assembleias de Freguesia, a delegação de competências. Em termos de recomendação, em minuta, para que toda a nova documentação pudesse ter efeitos imediatos no dia 3 de Janeiro de 2010. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Delegação de competência nas Freguesia e a mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -------
- O Senhor Presidente da Mesa perguntou, uma vez que terminaram os assuntos da Ordem de Trabalhos, se alguém desejaria intervir, neste período dedicado às intervenções do público. ----------
- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro, na qualidade de Presidente da Assembleia da Cooperativa da Mealhada, para alertar e sensibilizar a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e demais instituições das dificuldades pelas quais a Cooperativa atravessa, principalmente de tesouraria. Apelou para que a Câmara faça um esforço para ajudar a Cooperativa, no sentido de tentar apoiar a Cooperativa, para que esta não seja mais uma instituição que o Concelho venha a perder. ----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que, embora sem respostas concretas, teve um contacto com um assessor do Gabinete de Senhor Primeiro-Ministro, para esta área, onde pôde expor os problemas da Cooperativa mas, ainda não tem quaisquer informações sobre a matéria. --------
- O Senhor Presidente da Mesa manifestou a sua solidariedade para com a Adega Cooperativa da Mealhada e informou ser sua intenção, reunir com as colectividades mais importantes do Concelho, sendo esta prioritária. ----------
- Tomou a palavra o Senhor José Veiga, que começou por saudar todos os presentes, para referir que se sentiu discriminado, uma vez que foi dito na Assembleia, que os documentos da Câmara estariam à disposição dos munícipes que os requeiram mas, no seu caso, foram-lhe negados. Argumentou ter feito o requerimento da documentação relativa ao concurso do veterinário municipal, que foi enviada ao tribunal e que foi pedida pelo Senhor

Vereador Carlos Marques, por ter suscitado uma dúvida. Nesta medida, teve indicação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro que o veterinário contratado estava a exercer funções de assessor. Referiu que não compreendeu esta indicação, uma vez que houve um concurso, um aviso de abertura, e nunca se falou sobre esta matéria. Não entende como é que o Senhor Presidente da Câmara não parou o processo, sabendo que o seu colega, recebia um salário do município, estando a exercer as funções para as quais não havia sido contratado. O Senhor Presidente deveria ter parado o processo devido à incompatibilidade de funções, privadas e públicas, que aquele desempenhou. Face ao exposto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o porquê de lhe ter sido negada a documentação requerida, para que pudesse fazer reclamação superior. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que os recursos fazem-se a partir dos processos que estão nos Tribunais e para isso basta nomear um advogado para efectuar esse recurso e quanto a isso, não pode haver quaisquer dúvidas. Relativamente à documentação, ela foi enviada ao Ministério Público. Assim, o Tribunal é o sítio certo para requerer tal documentação, através de um advogado mandatado pelo reclamante, para o efeito. No que respeita à segunda questão, referiu que, se efectivamente foi efectuado recurso, ainda não recebeu qualquer notificação e aguardará que esta lhe chegue às mãos. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa informou que recebeu, no dia anterior, um requerimento do Senhor José Veiga e que, só depois de o ler, e se entender que é do interesse da Assembleia, será dado a conhecer a todos os deputados municipais. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves, na qualidade de associado da Adega Cooperativa da Mealhada e como membro da concelhia do PCP da Mealhada, para referir que trouxe à Mealhada o Senhor Deputado da Assembleia da República Agostinho Lopes, responsável pelas questões agrícolas. O Senhor Deputado inteirou-se da situação da Cooperativa através de uma reunião com os órgãos sociais da Adega e garantiu que iria apresentar uma iniciativa parlamentar, no sentido de sensibilizar o poder político e algumas instituições financeiras, para todas as Adegas Cooperativas da Bairrada. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz
Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. ----------